

REVISTA FACTO

ABIFINA 

Publicação da Associação Brasileira
das Indústrias de Química Fina,
Biotecnologia e suas Especialidades

MAI-AGO 2022 ■ NÚMERO 69 ■ ANO XVI

ISSN 2623-1177

ELEIÇÕES 2022

UMA CHAMADA AO DESENVOLVIMENTO DA QUÍMICA FINA

ARTIGO

06



08

ENTREVISTA



22

ARTIGO





ABIFINA 

36 anos

EM DEFESA DA INDÚSTRIA
LOCAL DE QUÍMICA FINA

//CORPO DIRIGENTE

CONSELHO ADMINISTRATIVO

Presidente

Marcus Soalheiro (NORTEC QUÍMICA)

Vice-presidentes

1º Vice-presidente - Sergio Frangioni (BLANVER)
 2º Vice-presidente - Jorge Mendonça (FARMANGUINHOS)
 Vice-presidente de Planejamento Estratégico - Juliana Megid (EMS)
 Vice-presidente de Prop.Intelectual & Inovação - Dante Alario Junior (BIOLAB)
 Vice-presidente p/ Assuntos Governamentais e Acesso - Odilon Costa (CRISTÁLIA)
 Vice-presidente Agroquímico - Thais Balbao Clemente (OUROFINO AGROCIÊNCIA)
 Vice-presidente da Cadeia Química - Nelson Ferreira C. Júnior (PRATI-DONADUZZI)
 Vice-presidente de Biodiversidade - Peter Martin Andersen (CENTROFLORA)
 Vice-presidente de Biotecnologia - Akira Homma (BIO-MANGUINHOS)
 Vice-presidente Farmacêutico - Marcelo Hahn (BLAU)
 Vice-presidente Farmoquímico - Antônio Carlos Teixeira (GLOBE)

Diretores

Diretor de Comércio Exterior - Walker Lahmann (EUROFARMA)
 Diretora de Prop. Intelectual & Inovação - Amanda Lobato Gimenez (LIBBS)
 Diretora de Relações Institucionais - Gabriela Mallmann (ACHÉ)
 Diretor do Regulatório Farmo - Roberto Altieri (BLAU)
 Diretora p/ Assuntos da Biodiversidade - Cristina Dislich Ropke (CENTROFLORA)

CONSELHO GERAL

Karina Belfort de Almeida (IVB)
 Fausto Terra (OUROFINO SAÚDE ANIMAL)
 José Leôncio da Cunha Filho (ITF)
 Mauricio Zuma Medeiros (BIO-MANGUINHOS)
 Sidney Martins (FCC)

CONSELHO FISCAL

Cláudio Picolli (CRISTÁLIA)
 Renato Maziero (BLANVER)
 Werisson Viana de Araújo (NORTEC QUÍMICA)

CONSELHO CONSULTIVO

Alberto Mansur (NORTEC QUÍMICA) Karin Bruening (KB CONSULTORIA)
 Athayde Júnior (LIBBS) Léo Maçaira (BIOLOTUS)
 Eduardo Eugenio Gouvêa (FIRJAN) Luiz Borgonovi (EMS)
 Fernando Sandroni (FIRJAN) Marcos Henrique Oliveira (ANE)
 José Correia (ABIQUIFI) Pedro Wongtschowski (GRUPO ULTRA)
 José Temporão (ANM) Telma Salles (PRÓGENÉRICOS)

Presidente de Honra

Nelson Brasil de Oliveira

Presidente-Executivo

Antonio Carlos da Costa Bezerra

//EXPEDIENTE

Coordenação Geral: Luciana Bitencourt - luciana.bitencourt@abifina.org.br

Matéria Política: Luana Rocha

Matéria Setorial Saúde: Fernando de Moraes

Assistente de Produção: Lucielen Menezes

Revisão: Tamara Menezes

Projeto Gráfico: Scriptorio Comunicação

Arte e Diagramação: Conceito Comunicação - www.conceito-online.com.br

Impressão: Aerographic

ISSN 2526-1177

ASSOCIADOS

Aché - BioQuímico - Biolab - Bio-Manguinhos - Blanver -
 Blau Farmacêutica - Companhia Brasileira de Lítio - Cristália - EMS - Eurofarma
 Fábrica Carioca de Catalisadores - Farmanguinhos - Globe Química -
 Grupo Centroflora - IBMP - ITF Chemical - Instituto Vital Brazil -
 Libbs - Microbiológica - Nortec Química - Ourofino Saúde Animal -
 Ourofino Agrociência - Oxiteno - Prati-Donaduzzi - Supera

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de
 Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades
 Av. Churchill, 129 / 1201 - Centro
 CEP 20020-050 - Rio de Janeiro - RJ
 Tel: (21) 3125-1405
 Fale conosco: institucional@abifina.org.br
 www.abifina.org.br

SUMÁRIO

MATÉRIA POLÍTICA
ELEIÇÕES 2022:
PROPOSTAS DA ABIFINA PARA
A CADEIA DA QUÍMICA FINA

14



25

SETORIAL SAÚDE
UM NOVO CEIS,
MAIS FORTE E CAPAZ



ARTIGO
DADOS ESTATÍSTICOS
E POLÍTICAS PÚBLICAS:
QUAL A RELAÇÃO?

32

ARTIGOS

- 06 Mônica Messenberg: Economia circular como modelo estratégico de desenvolvimento sustentável
- 20 Diego Menezes de Brito: De olho na segurança para animais e usuários
- 22 Daniel Roberto Pinto: Cooperação internacional para a pesquisa e a inovação no Brasil

ENTREVISTA

- 08 Pedro Wongtschowski: Incentivos para o Brasil ter uma indústria fortalecida

MATÉRIA OUROFINO AGROCIÊNCIA

- 12 Ourofino Agrociência encerra 2021/22 com investimentos focados em pesquisa e desenvolvimento

MATÉRIA NORTEC

- 30 Laboratórios Kilolabs: Nortec Química investe no mercado de oncológicos e IFAs de alta potência

SEÇÕES

- 04 EDITORIAL
- 34 PAINEL DO ASSOCIADO
- 36 ABIFINA EM AÇÃO

Patrocinaram esta edição as empresas:

Biolab Farmacêutica | Globe Química | Nortec Química | Ourofino Agrociência



Antonio Carlos Bezerra

Presidente-executivo da ABIFINA

O CAMINHO DA MUDANÇA PARA A QUÍMICA FINA

Estamos no período eleitoral e este é o momento de abrirmos uma ampla discussão sobre o Brasil que queremos construir. Não nos próximos quatro anos e sim, com um plano de longo prazo. A ABIFINA fez um documento aprofundado com nossa agenda setorial para apresentar aos candidatos à Presidência da República. Tivemos o cuidado de explicar de forma clara a composição do Complexo Industrial da Química Fina, assim como seus impactos econômicos e as sinergias com outras cadeias industriais. Fizemos propostas para os segmentos representados e também para propriedade intelectual, biodiversidade, comércio exterior, tributos e pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Nossa meta é criar no Brasil uma política de Estado abrangente e robusta para reindustrializar o setor e promover seu crescimento, de forma a gerar riqueza e compartilhá-la com a população. O documento foi conduzido pela equipe técnica da ABIFINA, sob a coordenação do presidente-executivo da entidade e do presidente do Conselho Administrativo (CA) e foi baseado em um estudo encomendado pela ABIFINA, mostrado ao CA em 30 de junho. A Matéria Política detalha o documento, com depoimentos dos profissionais da entidade sobre sua elaboração e necessidade.

Nosso apelo ao novo presidente do Brasil é que tenha olhar estratégico para o Complexo Industrial da Química Fina, um conjunto de indústrias capaz de ativar a economia. Verificamos que, para cada real investido, podemos oferecer retorno de até dois reais, dependendo do segmento. Somos um setor que gera saúde com seus insumos farmacêuticos, medicamentos e vacinas; que gera milhares de empregos; que abastece outras indústrias e o agronegócio.

Para fortalecer a produção local – nossa pauta histórica –, propomos o uso das compras governamentais e a cooperação tecnológica com outros países, caminhos que sabidamente dão resultados. Para promover o desenvolvimento

científico e tecnológico, a regulação sanitária e a inovação, propomos fortalecer as redes e infraestruturas de pesquisa, formar recursos humanos, criar linhas de incentivo e revisar os marcos regulatórios.

Encampamos também a responsabilidade socioambiental, reivindicando a preservação da nossa biodiversidade e o incentivo a práticas sustentáveis na indústria. Não nos restringimos a lançar ideias gerais; fomos além e indicamos nossas propostas concretas, como pode ser visto na reportagem principal desta edição.

A entrevista com Pedro Wongtschowski, presidente do Conselho de Administração da Ultrapar, passa por alguns desses pontos e reforça o quanto a agenda da ABIFINA está alinhada aos pleitos da indústria brasileira. Por exemplo, ele fala sobre a urgente necessidade de reforço do orçamento de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e do fortalecimento das universidades federais e instituições da área, que são fundamentais para apoiar a inovação, em especial nas pequenas empresas.

Wongtschowski ressalta ainda que “precisamos restaurar o império da lei na Amazônia legal”, usurpada dos brasileiros, mencionando que o sistema nacional de CT&I tem papel importante inclusive no desenvolvimento sustentável. A ABIFINA acredita nisso e defende, há anos,

“Nossa meta é criar no Brasil uma política de Estado abrangente e robusta para reindustrializar o setor do complexo da química fina e promover seu crescimento, de forma a gerar riqueza e compartilhá-la com a população”

que o Brasil faça pesquisas e desenvolva produtos com a biodiversidade nacional. Sempre de forma regulada, para garantir medidas de preservação da natureza e a repartição de benefícios com as comunidades tradicionais.

As empresas da química fina estão engajadas no tema, com exemplos de atuação sustentável tanto no que se refere à biodiversidade como em outras áreas que são consideradas pilares da indústria verde pela Confederação Nacional da Indústria (CNI): transição energética, mercado de carbono, conservação florestal e economia circular. Esta última é tratada no artigo de Mônica Messenberg. A diretora de Relações Institucionais da CNI cita casos do nosso setor, mas também aponta os desafios para a indústria como um todo. É preciso ter um marco regulatório nacional, harmonizar regras fiscais e usar o poder de compra do Estado para estimular práticas nessa área.

Mais uma vez tangenciando nossas propostas para os presidentiáveis, o artigo do diplomata Daniel Roberto Pinto, cônsul-geral adjunto em Los Angeles (EUA), aborda o desafio de estabelecermos um ecossistema sustentável de inovação tecnológica. Produzimos muita ciência, mas faltam profissionais qualificados para a indústria e investimentos para transformar esses conhecimentos em inovação de fato.

Para o diplomata, os cerca de 60 mil mestres e 22 mil doutores formados anualmente não têm condições de atender às necessidades do Brasil. Até porque boa parte vai para o exterior, onde encontrarão mais e melhores postos de trabalho. Pinto indica a cooperação internacional como forma de reinserir os cérebros expatriados nos projetos brasileiros. Uma proposta interessante.

Mas outro aspecto do artigo chama ainda mais atenção, que é o fato de as novas fronteiras tecnológicas, como a biotecnologia, dependerem de investimentos constantes e suficientes. De nada adianta lançarmos políticas públicas se elas durarem apenas os poucos anos do governo que as criou. Mais uma vez, está evidente que políticas e recursos para o longo prazo são a chave para o Brasil ser bem-sucedido nas áreas que eleger como prioritárias

– sim, porque também é preciso definir prioridades em um cenário de recursos quase sempre escassos.

Nessa linha, uma das principais defesas da ABIFINA para os presidentiáveis é a aprovação do Projeto de Lei nº 1.505/2022, que estabelece mecanismos de estímulo ao fortalecimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS) no âmbito da Política Nacional de Inovação Tecnológica em Saúde. Esse é o assunto da matéria Setorial Saúde. Como explica o senador Ogari Pacheco (União/TO), ex-presidente da ABIFINA, ainda não temos um arcabouço legal que garanta realmente as condições para o desenvolvimento científico e tecnológico do setor no País.

Hoje importamos 90% dos insumos farmacêuticos ativos usados para a produção de medicamentos. Isso mencionando apenas um segmento componente do CEIS. Mudar o quadro atual significa ter mais robustez e autonomia para enfrentar crises sanitárias, como mostrou a experiência do coronavírus, na qual os países mais preparados puderam sair na frente e proteger suas populações de forma mais rápida e adequada. Para os especialistas ouvidos pela reportagem, o Brasil precisa ajustar com seriedade o modelo das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), definir prioridades claras para o atendimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), investir em CT&I e usar o poder de compra do Estado.

Esta edição, em seus diversos temas, revela um consenso em torno dos principais problemas que precisam ser enfrentados para a indústria brasileira voltar a crescer forte.

As necessidades tocantes ao setor da química fina estão amplamente contempladas no documento a ser entregue para os candidatos à Presidência da República. Vamos lutar para incluir nossa agenda nas prioridades do novo governo, somando-se às grandes reformas imprescindíveis para solucionarmos o Custo Brasil e melhorarmos o ambiente de negócios. 🍀

“Nosso apelo ao novo presidente do Brasil é que tenha olhar estratégico para o Complexo Industrial da Química Fina, um conjunto de indústrias capaz de ativar a economia. Verificamos que, para cada real investido, podemos oferecer retorno de até dois reais, dependendo do segmento”



Foto: Yano Andrade / CNI

Mônica Messenberg

Diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

ECONOMIA CIRCULAR COMO MODELO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As mudanças climáticas têm exigido cada vez mais capacidade adaptativa dos países e ações coordenadas e multidisciplinares dos governos. A indústria, que é afetada tanto pelos eventos extremos relacionados ao clima como pelas ações de mitigação dos gases de efeito estufa, é um dos principais *players* da transformação necessária para mudar essa realidade. E, ao se apresentar como parte da solução para as questões climáticas, ela tem protagonizado uma verdadeira revolução, capaz de liderar a transição do Brasil em direção a uma economia de baixo carbono, orientada por tecnologias limpas e processos de produção mais eficientes.

A economia circular é um dos principais caminhos para que o País faça essa transição com a retomada do crescimento sustentável, aproveitando a oportunidade para desenvolver novos mercados e elevar os índices de produtividade nacional, fomentando a pesquisa e a inovação tecnológica. Nesse sistema, busca-se o melhor uso do recurso natural por meio de fluxos circulares ao longo de toda a cadeia de valor. É uma lógica econômica em que há uma soma de esforços para atender às demandas sociais e, ao mesmo tempo, manter o meio ambiente equilibrado. Esse é também um dos quatro pilares que ancoram a estratégia de baixo carbono da Confederação Nacional da Indústria (CNI), ao lado da transição energética, mercado de carbono e conservação florestal.

Os princípios da economia circular fazem parte do DNA do setor industrial. Agregar valor aos recursos naturais e entregá-los à sociedade é um dos seus principais propósitos. Tanto que, em 2019, a CNI

realizou uma pesquisa nacional para verificar como o tema vem sendo tratado pelo setor e identificou que 76,5% dos entrevistados já adotam alguma prática de economia circular. Entre as principais, estão a otimização de processos (56,5%), o uso de insumos circulares (37,1%) e a recuperação de recursos (24,1%).

Essa estratégia para a competitividade do setor industrial pode ser traduzida por diversas iniciativas, como investimento em inovação em materiais, eco-design, otimização de processos produtivos, recuperação de valor dos recursos e criação de novas oportunidades de negócios. Nas indústrias que compõem os segmentos da química fina, as oportunidades também são grandes e os benefícios, muitos.

Seja na área de agroquímicos, medicamentos, vacinas, saúde animal ou nos produtos da biodiversidade, os bons exemplos são profícuos e vão desde o desenvolvimento de tecnologias para reciclagem química de resíduos sólidos, passando pela produção

de embalagens com plástico reciclado, projetos de economia hídrica, com reuso e recirculação de água, investimento em equipamentos que reduzem o consumo de energia, como a instalação de sistemas fotovoltaicos, e tratamento e troca de efluentes e resíduos que reduzem o impacto ambiental, entre outros.

Por todas as oportunidades que concentra, a economia circular deve ser entendida também como uma estratégia de competitividade, capaz de promover o desenvolvimento econômico regional e gerar novos negócios, empregos, renda e arrecadação. É, portanto, estratégico para o Brasil ter uma agenda bem definida e estruturada de longo prazo em relação ao tema – tanto para atender aos negócios como aos consumidores. Deve, também, atender ao arcabouço regulatório internacional sobre o tema.

No entanto, apesar de a indústria já ter incorporado algumas práticas de economia circular em seus processos, temos ainda um longo caminho pela frente para ampliar de forma efetiva o fluxo circular dos recursos ao longo das cadeias de valor. Para orientar o País na concretização deste desafio, pavimentando o caminho de transição para a economia circular, é prioritária a criação de um norte regulatório para o assunto, que oriente os estados e municípios e engaje

“Por todas as oportunidades que concentra, a economia circular deve ser entendida também como uma estratégia de competitividade, capaz de promover o desenvolvimento econômico regional e gerar novos negócios, empregos, renda e arrecadação. É, portanto, estratégico para o Brasil ter uma agenda bem definida e estruturada de longo prazo em relação ao tema – tanto para atender aos negócios como aos consumidores”

os setores público, privado e a sociedade na promoção da circularidade nas organizações e territórios. Ou seja, a instituição de uma política pública nacional que estimule a gestão estratégica dos recursos naturais, promova a inovação e a competitividade do setor privado, incentive a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico e que fomente a conscientização da sociedade, promovendo o envolvimento e colaboração entre estes diversos atores.

Um passo importante que pode ser implementado no curto prazo, por exemplo, é o uso de poder de compra do Estado para estimular práticas de economia circular. Em 2020, a CNI publicou a cartilha “Compras Públicas Sustentáveis”, que orienta como requisitos de sustentabilidade podem ser criados e incorporados no processo de compras públicas.

Outro passo significativo, mas que demandará um prazo um pouco maior, é a criação de uma rota de maturidade para que seja possível avaliar as estratégias, processos e produtos das empresas, considerando métricas de economia circular. Desta forma, será factível elaborar projetos consistentes e acessar recursos para o financiamento e viabilização das inovações nas empresas para essa transição.

Também defendemos a adoção de medidas para favorecer a harmonização de regras fiscais, oferecendo incentivos econômicos e simplificando e desburocratizando o sistema de logística reversa de resíduos no país. E, ainda, a organização da base de dados nacional de economia circular, contendo informações sobre a disponibilidade, o uso e o destino dos recursos, bem como seu fluxo no território nacional.

A indústria nacional acredita que, com um arcabouço regulatório adequado, com ferramentas e métricas que considerem a realidade das organizações brasileiras e a colaboração dos diversos atores da sociedade, será possível alavancar de forma consistente a transição para a economia circular no País.

O Brasil é o país do presente. O futuro que a gente deseja está sendo construído hoje, agora, e nós temos todas as condições de liderar essa retomada do crescimento econômico no mundo, com uma industrialização sustentável e valor agregado único. Investir na economia circular como estratégia dessa agenda positiva significa atrair investimentos externos, ampliar a participação no mercado internacional e dinamizar um ciclo virtuoso de geração de emprego e renda em direção a uma economia de baixo carbono. 

Pedro Wongtschowski

INCENTIVOS PARA O BRASIL

TER UMA INDÚSTRIA FORTALECIDA

liderança que acompanha há décadas o tema pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor produtivo, Pedro Wongtschowski alerta que a sobrevivência da indústria brasileira depende de investimentos na área. A sustentabilidade e a digitalização são as novas fronteiras que precisam ser alcançadas pela tecnologia, atendendo a necessidades de preservação do planeta, diferenciação no mercado, atendimento às reais necessidades das pessoas, ganhos de escala, redução de custos, oferta de produtos melhores e mais acessíveis. A lista é grande. A indústria precisa estar preparada para encarar um novo patamar de competição em nível global.

Para Wongtschowski, assegurar recursos e fortalecer o sistema nacional de ciência e tecnologia, depauperado nos últimos anos, é essencial para que o Brasil chegue lá. Ele fala com sua larga experiência e visão de quem participa do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Mas antes – ou ao mesmo tempo – é preciso organizar as bases, ou seja, resolver os problemas que afetam a competitividade. Na opinião do presidente do Conselho de Administração da Ultrapar, o ponto de partida é a reforma tributária, seguida de uma reforma administrativa do Estado e da maior integração comercial do Brasil com o mundo. Um combo que poderá desonerar o empresário, com isso incentivando a retomada dos investimentos.

A indústria depende de políticas horizontais que possam contornar o Custo Brasil, porém sem apostar em uma “bala de prata”, uma solução única. É preciso pensamento sistêmico. Que agenda prioritária o senhor sugere?

O Brasil precisa melhorar o ambiente de negócios. E um ambiente de negócios melhor precisa de uma estrutura tributária diferente da atual. Então, sem qualquer dúvida, uma reforma tributária é essencial para simplificar a vida do empresário brasileiro e para reduzir a insegurança jurídica que decorre da complexidade do sistema atual. Essa é a primeira das reformas.

A segunda é a saúde financeira do Estado brasileiro, que precisa ter recursos suficientes para aplicar nas áreas prioritárias e, ao mesmo tempo, não aumentar seu endividamento indefinidamente. Isso exige uma redução das despesas do Estado, até para que sobre recursos para investimentos.

Por sua vez, a redução do custeio depende de uma reforma administrativa, de uma nova revisão do sistema previdenciário e de tratar do subproduto da reforma tributária, que é a dramática sonegação, algo muito ruim para o ambiente de negócios porque cria situações em que não há isonomia competitiva, em que alguns pagam seus tributos e outros não. Isso gera uma competição desigual.

Essa talvez seja a principal agenda para descomplicar o Brasil e alavancar seu processo de crescimento.

Complementando, precisamos ainda de uma integração maior da indústria brasileira com o mundo.

A sustentabilidade está cada vez mais no cerne da competição global e o Brasil retrocedeu em seu papel

“Uma reforma tributária é essencial para simplificar a vida do empresário brasileiro e para reduzir a insegurança jurídica que decorre da complexidade do sistema atual”

de liderança no tema. O que pode ser feito para reconstruir a imagem e a confiança do País nos fóruns internacionais?

Precisamos restaurar o império da lei na Amazônia legal, coibindo o desmatamento, a mineração ilegal e o roubo de madeira. A Amazônia hoje não é mais propriedade dos brasileiros. Está sob controle de grupos ilegais organizados. Isso é uma coisa absolutamente inaceitável. A partir daí, o Brasil tem que incentivar a manutenção da floresta e o uso econômico inteligente da biodiversidade. A questão da indústria no Brasil é essa também. Segundo, precisamos resolver o problema fundiário da Amazônia, que está muito mal resolvido.

Quais incentivos são necessários para a indústria adotar mais práticas voltadas para uma economia sustentável?

As duas grandes iniciativas que a indústria brasileira precisa tomar nos próximos anos para sobreviver a longo prazo são a sustentabilidade e a digitalização. Isso precisa se dar no cenário de um mercado aberto e com ampla competição. Para isso, é necessário que o Estado simplifique a vida do empresário por meio de uma reforma tributária, do aumento do grau de integração da indústria brasileira com o mundo e da segurança jurídica. E, com instituições de ciência e tecnologia fortes, esse conjunto viabilizará o renascimento de uma indústria brasileira sustentável e competitiva.

“Precisamos restaurar o império da lei na Amazônia legal, coibindo o desmatamento ilegal, a mineração ilegal e o roubo de madeira. A Amazônia hoje não é mais propriedade dos brasileiros. Está sob controle de grupos ilegais organizados”

As verbas federais para ciência e tecnologia – o chamado orçamento do conhecimento – sofreram uma drástica redução nos últimos sete anos. O senhor considera que reverter essa situação vai favorecer a retomada do crescimento?

Essa é uma pré-condição para a retomada do crescimento fortalecer a ciência e a tecnologia nacionais. Uma das coisas necessárias para isso é respeitar os orçamentos das instituições, não contingenciar o FNDCT e voltar ao Fundo Amazônia, patrocinado por países europeus.

A ciência tem sido maltratada nos anos recentes. Eu diria que primeiro é preciso reforçar as universidades públicas brasileiras, especialmente as federais, e aumentar o contingente de docentes, porque as universidades estão envelhecendo por falta de concursos. É preciso, ainda, ampliar a interface com as empresas, especialmente reforçando modelos tipo Embrapii, no qual as instituições de ciência e tecnologia e as universidades colaboram com empresas no desenvolvimento de produtos e processos inovadores. Além disso, é necessário um suporte às atividades de novas *startups*, que representam uma das formas mais eficientes de inovação na economia.

A Embrapii é um modelo bem-sucedido?

Legalmente, ela é uma organização social, o que lhe permite ser uma entidade sem fins lucrativos, privada, mas com contrato de gestão com órgãos da esfera federal

“A ciência tem sido maltratada nos anos recentes. É preciso reforçar as universidades públicas brasileiras, especialmente as federais, e aumentar o contingente de docentes. É preciso, ainda, ampliar a interface com as empresas, especialmente reforçando modelos tipo Embrapii, no qual as instituições de ciência e tecnologia e as universidades colaboram com empresas no desenvolvimento de produtos e processos inovadores”

“Vejo que há um trabalho do Governo no que tange à difusão tecnológica: levar os conhecimentos já existentes e disponíveis num sistema de ciência e tecnologia fortalecido às pequenas e médias empresas brasileiras”

para receber recursos. É uma forma muito eficiente de operação. Ela usa recursos públicos, mas tem gestão privada. É um modelo que está se provando de muito sucesso. É o mesmo que se usa, por exemplo, no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa) e no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM).

Na pauta da digitalização, em que estágio nossa indústria está hoje e para onde precisa ir?

As empresas estão em estágios muito desiguais. Há setores com indústrias extremamente modernas, atualizadas tecnologicamente, que já estão alterando seus processos produtivos rumo à sustentabilidade, mas que convivem com segmentos muito mais atrasados, especialmente empresas pequenas e médias.

Vejo que há um trabalho do Governo no que tange à difusão tecnológica: levar os conhecimentos já existentes e disponíveis num sistema de ciência e tecnologia fortalecido às pequenas e médias empresas brasileiras.

O Sistema S teve um papel importante nesse caminho. O Governo Federal já fez alguns experimentos, como o programa Brasil Mais Produtivo, de excelente resultado. É preciso um esforço do Sistema S e do governo brasileiro para a difusão dessas tecnologias conhecidas.

Qual setor é líder na transformação digital?

Em todos os setores, há indústrias muito atualizadas tecnologicamente. Há exemplos de empresas extremamente competitivas em nível mundial, como nas áreas química, farmacêutica, mecânica, metalúrgica, de celulose e papel, e de autopeças.

Nesses setores, já há investimentos importantes na indústria 4.0?

Sem dúvida. Estou genericamente falando em digitalização para incluir a atualização tecnológica digital das fábricas, um conjunto de medidas que se chama de indústria 4.0. 



GLOBE

QUÍMICA

SEUS IFAS NO BRASIL

A ROTA DA EXCELÊNCIA PASSA POR AQUI!!

A Globe é uma **empresa brasileira**, preparada para o **desenvolvimento e produção de IFAs com segurança e confiabilidade** comprovada pela **ANVISA**.

Combinamos **experiência, capacidade produtiva e competência intelectual**, para a construção de uma estratégia de desenvolvimento ágil e adequada às necessidades de cada um dos nossos clientes. Como empresa buscamos ser referência na nacionalização de IFAs.

Qualidade assegurada, segurança regulatória e confiabilidade de fornecimento são garantias básicas dos nossos processos. **Agilidade, conhecimento, performance e equipe** são alicerces das nossas atividades.

Nosso objetivo é ser seu melhor parceiro no desenvolvimento e produção de IFAs e nossa META é ser uma referência nacional na construção de CADIFAS.



QUALIDADE E SEGURANÇA EM TODAS AS ETAPAS

SEGURANÇA REGULATÓRIA



NOVOS NEGÓCIOS



CONTATOS:



www.globequimica.com.br



comercial@globequimica.com.br



+55 (19) 3872-8748



<https://www.linkedin.com/company/globequimica>



Foto: Divulgação Ourofino

Equipe Ourofino
Agrociência na sede
administrativa em
Ribeirão Preto (SP)

OUROFINO AGROCIÊNCIA ENCERRA 2021/22 COM INVESTIMENTOS FOCADOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Aporte foi direcionado a novas tecnologias, serviços e produtos; com constante valorização de colaboradores, a empresa tornou-se, ainda, certificada pelo GPTW.

Para cumprir o seu propósito de reimaginar a agricultura brasileira, a Ourofino Agrociência, indústria de origem brasileira de soluções para o agronegócio, que completou recentemente 12 anos de atuação, fortaleceu os investimentos em tecnologias adaptadas às características da agricultura nacional. Entre abril de 2021 e março de 2022, período do exercício-fiscal 2021/22, os aportes em pesquisa e desenvolvimento receberam cerca de 2% da receita líquida.

A incorporação de novas tecnologias e o estabelecimento de parcerias com entidades de ensino e pesquisa deram origem a produtos e serviços inovadores. “Outro diferencial para o período foi a aproximação ainda maior com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), por meio de um novo contrato de R\$

42 milhões, com o qual acessaremos um *funding* adequado para financiarmos o desenvolvimento de novos produtos e serviços, base para o crescimento orgânico da nossa operação”, explica Alessandro Flamini, CFO da indústria de defensivos agrícolas.

No mesmo período (2021/22), a indústria teve um crescimento superior a 20% em relação ao ano anterior, um total de R\$ 1,82 bilhão na receita. As novidades do portfólio contribuíram para o crescimento, como o lançamento de uma molécula patenteada, o Goemon, inseticida indicado para o manejo de pragas, dentre elas, as lagartas de difícil controle. Além desse, outros dois produtos com grande potencial de mercado, Vivantha e Ímpar, foram lançados e tiveram participação no sucesso da empresa no ano.

Outros números da indústria impressionam. O lucro líquido ajustado somou R\$ 138,9 milhões, crescimento de 54,6%, se comparado ao exercício-fiscal de 2020/21. Em comparação com o faturamento de 2015, US\$ 119 milhões, evoluiu para US\$ 311 milhões em 2021, um aumento de 161% no período.

A expansão da companhia na Ásia foi outra conquista corporativa, com a implementação de um ponto focal na Índia e o fortalecimento do escritório em Shangai para mais proximidade com os fornecedores.

INVESTIMENTOS EM CAPACITAÇÃO

Em 2021, a Ourofino Agrociência criou a universidade corporativa, mais um projeto interno para os funcionários e estagiários. A plataforma oferece gratuitamente treinamentos para capacitar os colaboradores sobre diversos assuntos, como regras de *compliance* e técnicas de vendas. As trilhas de aprendizagem variam de acordo com o cargo e a área que o profissional atua.

“A pandemia ocasionou um choque histórico na cadeia de suprimentos, elevando a pressão em diversos setores. Mas superamos o desafio com uma gestão ágil, simples e capacitando nossas pessoas. Além disso, criamos uma universidade corporativa com diversos cursos gratuitos para todos os colaboradores da empresa”, diz Marcelo Abdo, CEO da Ourofino Agrociência.

GREAT PLACE TO WORK

Em 2022, a Ourofino Agrociência conquistou o prêmio inédito como uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil. Certificada pelo *Great Place to Work* (GPTW) após a conclusão da pesquisa de clima organizacional auditada pela consultoria, a companhia alcançou 93 pontos de favorabilidade entre os colaboradores respondentes, superando a nota mínima exigida no processo (igual ou superior a 70).

De acordo com Luciana D’Elboux Lourenço, diretora de Gestão de Pessoas e Performance Social, a certificação reforça o que é percebido por toda

a equipe. “Estamos trabalhando para desenvolver cada um de nossos colaboradores e essa certificação é um dos diversos resultados positivos que estamos colhendo.”

Mais de 80% do quadro funcional da Ourofino Agrociência participou do levantamento, incluindo colaboradores das unidades de Ribeirão Preto (SP), Guataporã (SP) e Uberaba (MG), além de funcionários externos que estão espalhados pelo Brasil. Com a conquista, a indústria fica elegível para integrar os rankings de Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil em 2022 e 2023, que serão divulgados ao longo do período pelo GPTW.

“Para atingir seus propósitos, a Ourofino Agrociência valoriza as pessoas. Prezamos por uma cultura leve e produtiva, que compreende o colaborador em sua totalidade, investe em seu desenvolvimento e celebra as conquistas”, destaca Abdo.

Mesmo durante o período mais agudo da pandemia de covid-19, a indústria implementou mudanças de fluxo, condutas e operações que refletiram positivamente no ambiente de trabalho e estão ativas até hoje. Foram muitas ações construídas ou adaptadas no período. A primeira foi a criação de um comitê que analisa as situações interna e externa da empresa e direciona recursos para atendimento de medidas e recomendações de saúde.

“Adotamos também a política de *home office* para as áreas eletivas, que se estende de forma híbrida atualmente, adaptamos o *layout* no refeitório, vestiários e escritórios, na unidade fabril, em Ribeirão Preto e na Estação Experimental para proporcionar mais segurança e tranquilidade a nossos colaboradores”, ressalta o CEO.

Outra iniciativa importante foi a efetivação de dois comitês: ESG e de Inclusão da Diversidade, que promovem ações, provocam discussões relevantes e propõem transformações efetivas na mentalidade e na cultura da organização. Por exemplo, recentemente, a Ourofino Agrociência estendeu seu programa de estágio para profissionais com mais de 50 anos e intensificou ações de voluntariado nas comunidades onde atua, em São Paulo e Minas Gerais. 🌱



Marcelo Abdo,
CEO da Ourofino
Agrociência



Matéria Política

ELEIÇÕES 2022

PROPOSTAS DA ABIFINA PARA A CADEIA DA QUÍMICA FINA

Em ano de eleição presidencial, organizações sociais, associações industriais e representantes do setor privado se mobilizam para apresentar à sociedade e, em especial, aos candidatos ao cargo de chefe de Estado do Brasil suas propostas para a promoção do crescimento e do desenvolvimento do País. É a oportunidade para que se discutam os rumos e as políticas públicas nacionais. A ABIFINA está entre os que prepararam recentemente um conjunto de proposições, com o objetivo de contribuir para o planejamento de políticas públicas direcionadas ao Complexo Industrial da Química Fina (CIQF). O CIQF é um pilar estratégico para a economia nacional e para a promoção da saúde e do bem-estar dos brasileiros, pois dele se origina uma extensa variedade de produtos fundamentais, como fármacos, medicamentos, vacinas, defensivos agrícolas e para a saúde animal. Nesta reportagem, reunimos as principais agendas da entidade.

Segundo Marcus Soalheiro, presidente da ABIFINA, o documento reflete a visão da associação. “Afirmamos nosso compromisso histórico de proteger a produção local de produtos estratégicos. Acreditamos no poder da indução de uma política de Estado para que isso aconteça, porque os atores envolvidos são muitos e só com a coordenação do Estado será possível alcançar o desenvolvimento da indústria. Sem uma ação indutora do País pelo poder público, não é possível internalizar tudo que é preciso para ter soberania”, destaca. Soalheiro explica ainda que a publicação traz recomendações para todos os segmentos da cadeia da química fina. “Nossas propostas são voltadas para as múltiplas áreas do CIQF e cobrem insumos farmacêuticos ativos (IFAs), medicamentos, intermediários de síntese, defensivos agrícolas”, frisa.

As propostas da ABIFINA revelam uma preocupação antiga com as vulnerabilidades e os obstáculos ao desenvolvimento da cadeia da química fina, decorrentes da interrupção ou mesmo inexistência de políticas e mecanismos duradouros de fomento à indústria. Antonio Bezerra, presidente-executivo da ABIFINA, ressalta que é preciso mudar esse cenário e reforça o papel do Estado. “Trabalhamos pela alteração do atual panorama. Não podemos permitir que uma indústria estratégica para o País, que se liga de maneira bastante articulada ao Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS), esteja enfraquecida, sob o risco de desabastecer a população de produtos essenciais, como medicamentos. A atuação do Estado é fundamental para isso”, alerta.

Reafirmando a importância deste Complexo, a especialista em Assuntos Regulatórios da ABIFINA Marina Moreira reforça que o momento é extremamente oportuno na área de fármaco, com destaque para os mecanismos de estímulo ao desenvolvimento e fortalecimento do CEIS. “Todos os elos da cadeia que fazem parte do complexo serão beneficiados, o que abre uma oportunidade imensa de revisitar os mecanismos de estímulo ao desenvolvimento, os diferentes arranjos produtivos e possibilidades de soluções estratégicas para a saúde de forma geral”, pontua.

Um dos principais pleitos da entidade, mencionado no documento, é a necessidade de políticas bem definidas, pensadas como estratégias de longo prazo, e não apenas de governo. Para Fernanda da Costa, especialista em Comércio Exterior e Cadeia Química da ABIFINA, o momento é favorável à elaboração dessas políticas. “Temos hoje uma oportunidade de criarmos de fato uma política de Estado para o Brasil, isto é, uma política de longo prazo, que valha por muitos anos, não só para os próximos quatro anos. A gente brinca que poderia ser uma agenda 2050, 2040, para desenvolver de fato a indústria da química fina no País”, diz.

Ela lembra que o CIQF abrange um conjunto interdependente de empresas produtivas que se articulam verticalmente em segmentos diversos. “A cadeia da indústria da química fina vem desde a produção de intermediários, logo após a indústria química de base, como a petroquímica. Os intermediários de síntese são os produtos que vão fazer parte dos medicamentos, dos defensivos agrícolas, de catalisadores, de aditivos, mas que ainda são produtos básicos. Esses intermediários vão ser desenvolvidos, melhorados, formulados para então fazerem parte das composições que originam os produtos finais, que são as especialidades químicas”, explica. É nessa característica da química fina de fornecer uma gama tão ampla de produtos essenciais que reside a relevância da agenda da ABIFINA. “Além de englobar toda a cadeia [da química fina], a agenda foca também a questão o desenvolvimento econômico, industrial e social do Brasil”, conclui.

Marina Moreira compartilha do mesmo entendimento e acredita na “criação de uma agenda de desenvolvimento para o País seja perene, que tenha um olhar para os gargalos e que, de fato, busque eliminar estes gargalos, pois sabemos da relevância do mercado nacional e de toda a sua potência”.

EIXOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Três grandes eixos, considerados estratégicos para o desenvolvimento da cadeia da química fina, norteiam as propostas da ABIFINA: fortalecimento da produção local;

CIQF EM NÚMEROS

- » Responsável por **20,5%** do faturamento do setor químico no Brasil, em 2021.
- » Dos **11** setores-chave da economia brasileira (considerados muito interconectados industrialmente), dois estão relacionados ao CIQF.
- » Elevado efeito multiplicador, com retorno de até **R\$ 2,00** para cada real investido.
- » Em 2019, os setores farmoquímico e farmacêutico adicionaram o valor de **R\$ 36 bilhões** ao PIB brasileiro (0,57% do PIB), enquanto o de defensivos agrícolas acrescentou **R\$ 7,9 bilhões** (0,13% do PIB).
- » Em 2020, os laboratórios nacionais ultrapassaram a marca de **R\$ 100 bilhões** em vendas (11,4% a mais que 2019). Já a indústria de defensivos movimentou US\$ 237 milhões.
- » Em 2020, os setores farmoquímico e farmacêutico somavam mais de **107 mil empregados** formais, e o de defensivos empregou **17 mil pessoas**.

//Matéria Política

promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e da inovação; e incentivo à responsabilidade socioambiental. “É fundamental para o País ter uma indústria local forte, capaz de prover a sociedade e a população com produtos essenciais, como medicamentos e defensivos agrícolas. E a indústria só consegue se desenvolver se existir um ambiente propício à pesquisa e à inovação, com uma política consistente para P&D e marcos regulatórios que garantam a segurança jurídica em temas como a regulação sanitária e a propriedade intelectual. Associado a isso, precisamos ter um olhar para a sustentabilidade, incluindo aí a proteção e o fortalecimento da cadeia produtiva com matéria-prima oriunda da biodiversidade brasileira”, defende Bezerra.

PRODUÇÃO LOCAL

No que diz respeito à produção local, o documento da ABIFINA defende a “implementação de políticas de Estado que promovam o desenvolvimento da cadeia de produtos estratégicos dos segmentos do CIQF e ampliem a infraestrutura e a capacidade produtiva nacionais”. A preocupação é com a alta dependência nacional de produtos e insumos importados, o que torna o Brasil e a indústria local mais sujeitos a choques decorrentes da desorganização das cadeias globais, como ocorreu com a crise sanitária da covid-19 e as guerras recentes. Daí a importância de se ter uma indústria forte. “A experiência que o País viveu durante a pandemia, com a confusão logística global, e com a guerra entre Rússia e Ucrânia, indica que é preciso ter instrumentos de Estado que garantam a continuidade de serviços e processos básicos pro País”, argumenta Soalheiro.

Na visão da entidade, o fomento à indústria nacional precisa compreender dois mecanismos considerados essenciais: a cooperação tecnológica com países com *expertise* em políticas industriais que dão certo e as compras governamentais. A cooperação tecnológica é considerada particularmente importante para o desenvolvimento do segmento de intermediários químicos nacional, o que fortaleceria toda a

“A experiência que o País viveu durante a pandemia, com a confusão logística global, e com a guerra entre Rússia e Ucrânia, indica que é preciso ter instrumentos de Estado que garantam a continuidade de serviços e processos básicos pro País”

Marcus Soalheiro

Ao todo, a ABIFINA apresenta mais de 50 proposições, agrupadas em três agendas: setorial, temática e temas transversais. Conheça as principais propostas.

AGENDA SETORIAL

As propostas setoriais contemplam todos os segmentos representados pela entidade

AGENDA TEMÁTICA

As agendas temáticas abrangem os campos de atuação da ABIFINA

TEMAS TRANSVERSAIS

Propostas transversais a todos os segmentos do CIQF

Farmoquímico e Farmacêutico

- » Elaboração de políticas públicas de desenvolvimento tecnológico e de incentivo à inovação para IFAs e medicamentos
- » Incentivo à produção local de insumos farmacêuticos ativos (IFAs)
- » Aprovação do PL 1.505/2022, voltado ao desenvolvimento e fortalecimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS)
- » Melhoria na governança das políticas de incentivo à pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I)
- » Atualização da Lista de Produtos Estratégicos para o SUS
- » Aprovação do PL 4.209/2019, que dá prioridade ao registro de medicamentos com IFA nacional
- » Fortalecimento da Anvisa
- » Oferta de linhas de financiamento específicas para plantas farmoquímicas e/ou farmacêuticas

Defensivos agrícolas

- » Criação do Plano Nacional de Defensivos Agrícolas no Brasil
- » Aprovação do PL 6.299/2002, que prevê a modernização das regras para registro e comercialização de defensivos
- » Regulamentação da Lei 10.603/2002, que trata da proteção de dados na indústria de defensivos agrícolas
- » Promoção de equilíbrio tributário no setor
- » Estímulo à formação de recursos humanos especializados nas universidades
- » Aumento do combate aos defensivos agrícolas ilegais e contrabandeados, com maior cooperação entre os entes federativos

Intermediários e demais especialidades químicas

- » Fomento ao desenvolvimento das cadeias produtivas químicas de base
- » Definição de produtos intermediários prioritários ao desenvolvimento nacional, por cooperação e/ou transferência tecnológica com países com parques industriais relevantes
- » Mapeamento de políticas e iniciativas de outros países bem-sucedidas no desenvolvimento do setor

Propriedade Intelectual

- » Ampliação das discussões no Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI)
- » Promoção de um Sistema de Propriedade Intelectual justo e sem abusos de proteção
- » Estabelecimento de diálogo entre Governo e sociedade em discussões sobre extensão de prazo de vigência de patentes ou alterações da LPI 9279/96
- » Garantia da autonomia e melhoria operacional do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Biodiversidade

- » Financiamento e estímulo ao capital de risco voltado a empreendimentos que fazem uso sustentável da biodiversidade
- » Promoção do desenvolvimento e fortalecimento da cadeia produtiva com matéria-prima oriunda da biodiversidade, principalmente a brasileira
- » Marcos regulatórios nacionais alinhados aos internacionais

Comércio Exterior

- » Abertura comercial gradual, alinhada aos interesses nacionais, às políticas públicas existentes e à garantia da isonomia
- » Defender um Acordo de Compras Governamentais da Organização Mundial do Comércio (OMC) justo e que resguarde a execução das políticas públicas
- » Apoio à internacionalização das empresas brasileiras, por meio de políticas de incentivo desenvolvidas no âmbito da Apex Brasil
- » Melhorias no ambiente regulatório do comércio exterior para redução de custo e tempo logístico, principalmente o que envolve portos e aeroportos
- » Desenvolvimento de um novo sistema de acesso aos dados de comércio exterior pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
- » Estímulo ao fortalecimento, ao desenvolvimento e à cooperação de cadeias de produção do Mercosul

Tributação

- » Reforma Tributária e aprovação da PEC 110/2019
- » Prorrogação da vigência da Lei da Desoneração da Folha de Pagamentos (Lei 12.546/2011) e ampliação do mecanismo aos segmentos do CIQF

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I)

- » Conservação do FNDCT como um fundo financeiro não sujeito à retenção de seus recursos
- » Aumento da participação de recursos não reembolsáveis no total de investimentos do FNDCT
- » Fomento à estruturação de um Complexo Industrial da Saúde, com foco na inovação disruptiva e que envolva Governo, empresas e academia
- » Estímulo a processos e investimentos em PD&I nas empresas
- » Uso do poder de compra governamental como instrumento de desenvolvimento científico e tecnológico

cadeia. Sem uma produção relevante desses produtos, os demais setores tornam-se extremamente dependentes de importação, como é o caso do farmacêutico, que importa cerca de 90% dos IFAs usados na fabricação de medicamentos segundo dados recentes. Experiências bem-sucedidas de países como a Índia, que implementou uma política de incentivo à fabricação local e à exportação de produtos próprios do país, podem servir de inspiração para o Brasil. “Podemos e devemos aprender com as políticas de outros países que conseguiram estabelecer cadeias industriais fortes na química fina”, acredita Bezerra.

Marina acrescenta mais um elemento importante para o fortalecimento do segmento industrial de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs): melhorias regulatórias no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). “Temos hoje inúmeras propostas de alteração de normativas vigentes que poderiam contribuir enormemente para o desenvolvimento das indústrias locais e redução da vulnerabilidade do setor, por exemplo, a possibilidade de priorizar medicamentos que contenham IFA cujo processo de síntese tenha ocorrido dentro do País.”

Outra importante ferramenta de estímulo setorial seria o uso do poder de compras do Estado, o que não seria novidade na política brasileira. Na década passada, o País obteve resultados positivos com as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), mecanismo que fomentava a fabricação nacional de medicamentos adquiridos pela administração pública para o Sistema Único de Saúde (SUS). “Tivemos uma experiência exitosa com as PDPs.

“É fundamental para o País ter uma indústria local forte, capaz de prover a sociedade e a população com produtos essenciais, como medicamentos e defensivos agrícolas. E a indústria só consegue se desenvolver se existir um ambiente propício à pesquisa e à inovação, com uma política consistente para P&D e marcos regulatórios que garantam a segurança jurídica em temas como a regulação sanitária e a propriedade intelectual”

Antonio Bezerra

“Todos os elos da cadeia que fazem parte do complexo serão beneficiados, o que abre uma oportunidade imensa de revisitar os mecanismos de estímulo ao desenvolvimento, os diferentes arranjos produtivos e possibilidades de soluções estratégicas para a saúde de forma geral”

Marina Moreira

Esse exemplo mostrou que você consegue internalizar a produção e oferecer acesso aos pacientes brasileiros [a medicamentos], e isso não está tendo a continuidade que deveria. Uma política desse tipo teria induzido a produção de mais medicamentos em território nacional, garantindo mais acesso durante a pandemia”, lamenta Soalheiro.

Entre as propostas da ABIFINA para estimular a produção local está a criação do Plano Nacional de Defensivos Agrícolas e a aprovação de Projetos de Lei como o PL 4.209/2019, que prevê que a Anvisa dê prioridade à análise de registro de medicamentos produzidos com IFA nacional, o PL 1.505/2022, que cria mecanismos de estímulo ao desenvolvimento do CEIS, e o PL 6.299/2002, que prevê a modernização das regras para registro e comercialização de defensivos. “A política de Estado passa por estabelecer um arcabouço legal mais permanente. Esses projetos de lei nas áreas farmacêutica e de defensivos, se aprovados, seriam o alicerce para a construção dessa política, trazendo mais segurança jurídica a todos os atores da cadeia da química fina”, acredita Bezerra.

PD&I

O segundo eixo está baseado no desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação, com atenção especial à regulação sanitária e à propriedade intelectual (PI). A ABIFINA acredita que o crescimento e fortalecimento da indústria dependem de um sistema de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) bem estruturado, que integre as redes e infraestruturas de pesquisa e o setor industrial. “Para criarmos um plano de desenvolvimento nacional, precisamos também ter questões regulatórias e de propriedade intelectual muito bem estabelecidas”, defende Fernanda da Costa.

As propostas da ABIFINA nesse eixo traduzem o acúmulo de conhecimento de anos de engajamento nas discussões e tomadas de decisão referentes ao fomento à pesquisa,

à proteção da propriedade intelectual e às questões regulatórias. Em 2020, a entidade participou ativamente do processo que resultou no descontinenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), tema que está presente nas propostas apresentadas. “O FNDCT é de extrema importância para a existência e bom funcionamento da pesquisa brasileira. Queremos que o Fundo cumpra seu papel e funcione como um fundo financeiro permanente, não sujeito a retenções, para que possamos avançar mais nos desembolsos e investimentos não reembolsáveis”, afirma Bezerra.

No campo da propriedade intelectual, a preocupação é com a pressão para que o Brasil adote instrumentos que resultem na extensão do prazo de patentes ou que impeçam o acesso a dados de testes clínicos que possibilitem a fabricação de medicamentos genéricos. Em 2021, a indústria nacional comemorou a decisão do Supremo Tribunal Federal que suspendeu, na Lei de Propriedade Industrial (LPI), dispositivo que permitia aumentar, nos casos de atraso na concessão da patente pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), a vigência da proteção para além dos 20 anos previstos na legislação. Foi uma vitória importante que contou com a participação ativa da ABIFINA, por meio do seu Grupo de Apoio Jurídico (GAJ), mas que ainda encontra resistência e tentativa de reversão de alguns setores. “Não podemos retroceder em decisões como a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) [que resultou na decisão do STF]”, alerta Ana Claudia Oliveira, consultora de Propriedade Intelectual e Biodiversidade da ABIFINA.

A criação do mecanismo de proteção de dados de testes clínicos para registro de medicamentos, conhecido como *data protection*, também seria prejudicial ao País. “O *data protection* não existe na legislação brasileira. Caso seja adotado, vai acabar prejudicando a indústria de genéricos, porque não teremos mais acesso aos dados de produção, o que acaba também afetando o acesso da população a medicamentos. Hoje temos alguns medicamentos nas farmácias a um custo mais barato, e também disponíveis no SUS, e isso não seria possível mais com esse dispositivo”, alerta Fernanda da Costa.

“Para criarmos um plano de desenvolvimento nacional, precisamos também ter questões regulatórias e de propriedade intelectual muito bem estabelecidas”

Fernanda da Costa

“Precisamos fortalecer as cadeias produtivas que usam a biodiversidade, principalmente a biodiversidade nativa”

Ana Claudia Oliveira

Uma das propostas da ABIFINA para o tema da PI é o estabelecimento de um amplo diálogo entre governos, agentes reguladores e o setor privado, por meio de instrumentos participativos como audiências e consultas públicas, sempre que estiver em debate a alteração da LPI ou a implementação de regulações que resultem no aumento da proteção de invenções. Na visão da entidade, é papel do Estado brasileiro realizar melhorias regulatórias relacionadas à PI, fortalecer o INPI e garantir que a proteção às inovações não se torne um obstáculo à inovação, nem esteja em desacordo com o interesse público.

SUSTENTABILIDADE

O último eixo é referente ao estímulo à responsabilidade socioambiental, com o estabelecimento de ações e políticas estatais em sintonia com as melhores práticas socioambientais. Duas frentes são fundamentais para a entidade: a preservação da biodiversidade, especialmente a nativa, e a adoção de práticas de governança ambiental, social e corporativa (ESG) pela indústria brasileira. Associado a isso, deve-se estimular a existência de empreendimentos que façam uso sustentável de matérias-primas oriundas da biodiversidade. “Precisamos fortalecer as cadeias produtivas que usam a biodiversidade, principalmente a biodiversidade nativa”, afirma Ana Claudia Oliveira.

COMÉRCIO EXTERIOR E TRIBUTOS

O comércio exterior e a redução do Custo Brasil relativo à tributação também são temas das propostas da ABIFINA. A entidade defende que o Estado realize uma ampla reforma tributária, como a prevista na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 110/2019, e adote outras medidas que aumentem a competitividade das empresas brasileiras no mercado global. Entre essas medidas estão a promoção de melhorias de infraestrutura e logística, simplificação de trâmites burocráticos e apoio à internacionalização. O Acordo de Compras Governamentais da Organização Mundial do Comércio (OMC) é outra pauta importante. Para a entidade, o Acordo deve garantir a execução das políticas públicas nacionais, especialmente as voltadas para a área da saúde. 



Foto: Arquivo pessoal

Diego Menezes de Brito

Médico Veterinário Auditor Fiscal Federal Agropecuário do MAPA

DE OLHO NA SEGURANÇA PARA ANIMAIS E USUÁRIOS

Conceitualmente, farmacovigilância veterinária trata-se de um conjunto de medidas de monitoramento pós-comercialização relativas à detecção, avaliação, compreensão e prevenção de eventos adversos ou quaisquer outros problemas relacionados ao emprego de produtos de uso veterinário. São procedimentos complexos que, de forma geral, visam à segurança e eficácia nos animais, e à segurança dos usuários durante o emprego de produtos de uso veterinário. Ou seja, processos que têm o intuito de monitorar continuamente o uso desses produtos e avaliar se o risco inerente à sua utilização é aceitável em comparação com seus benefícios

A farmacovigilância veterinária envolve mecanismos legais, científicos, fiscais e, principalmente, educativos, pois o trabalho de conscientização dos médicos veterinários e demais técnicos envolvidos, bem como da população em geral, sobre a importância e a necessidade da notificação de eventos adversos é a base para o seu sucesso.

Em relação às políticas públicas nacionais para o tema, o histórico ainda é recente, tendo alcançado maior destaque somente a partir da publicação do Decreto 8.448, de 6 de maio de 2015, o qual “altera o regulamento de fiscalização de produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos que os fabriquem ou comercializem, aprovado pelo Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004”. Esse decreto estabelece definições e responsabilidades dos envolvidos. Dessa maneira, tornou-se obrigatória a realização, pelas empresas titulares do registro do produto de uso veterinário, de investigação completa de eventos

adversos, a fim de identificar a causalidade entre esses eventos e os produtos suspeitos, bem como dispor de serviço de farmacovigilância, na forma disposta em ato do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Destaca-se que a regulamentação do tema por meio de uma legislação nacional específica é um fator de extrema importância para a implementação e consolidação dos procedimentos de farmacovigilância veterinária no País. Tal ato normativo encontra-se em fase final de elaboração, atendendo a todos os ritos das boas práticas de regulamentação estabelecidas pela Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/MAPA), como a realização de avaliação de impacto regulatório e a promoção de consulta pública, por exemplo.

O usuário de produto de uso veterinário (qualquer pessoa que administre o produto de uso veterinário a animais ou que seja exposta ao seu conteúdo), ao observar um evento adverso, deverá realizar contato

“As responsabilidades previstas para as empresas titulares dos registros de produtos de uso veterinário incluem dispor de um Serviço de Farmacovigilância Veterinária composto por técnico responsável, canal de atendimento ao usuário, banco de dados auditável, procedimentos de farmacovigilância veterinária estabelecidos e descritos, e registro de treinamentos dos funcionários envolvidos nas atividades”

com a empresa por meio do canal de atendimento constante do rótulo, ou bula, e relatar o ocorrido. Deverá informar sobre a descrição do evento, os dados dos animais, minimamente a espécie, ou seres humanos envolvidos, e dados que permitam identificar o produto de uso veterinário suspeito pelas empresas. As empresas, por sua vez, deverão realizar a investigação completa de evento adverso, a fim de identificar a causalidade entre o evento e o produto suspeito.

As responsabilidades previstas para as empresas titulares dos registros de produtos de uso veterinário incluem dispor de um Serviço de Farmacovigilância Veterinária composto por técnico responsável, canal de atendimento ao usuário, banco de dados auditável, procedimentos de farmacovigilância veterinária estabelecidos e descritos, e registro de treinamentos dos funcionários envolvidos nas atividades. Além disso, as empresas deverão cumprir com uma série de outras exigências, descritas na norma mencionada.

Ao MAPA igualmente competem responsabilidades, porém mais direcionadas à formação de um

banco de dados e monitoramento das ações pertinentes, bem como estabelecer um canal de comunicação entre o setor privado e a sociedade.

Como já destacado, o êxito de qualquer sistema de farmacovigilância depende das notificações espontâneas dos usuários. Sendo assim, a responsabilidade pela maior conscientização dos usuários em relação à farmacovigilância veterinária deve ser compartilhada entre indústria farmacêutica, órgãos públicos, instituições de ensino superior e pesquisadores.

A garantia da confidencialidade dos relatos de eventos adversos feitos pelos usuários, a disponibilização de informações técnicas e treinamentos, bem como a publicação de guias e divulgação permanente dos resultados obtidos na farmacovigilância de produtos de uso veterinário são algumas das maneiras de motivar não somente os médicos veterinários, como também todos os demais envolvidos.

Por fim, é objetivo da farmacovigilância garantir a segurança, qualidade e eficácia dos produtos de uso veterinário, de forma a promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias, em benefício da sociedade brasileira.

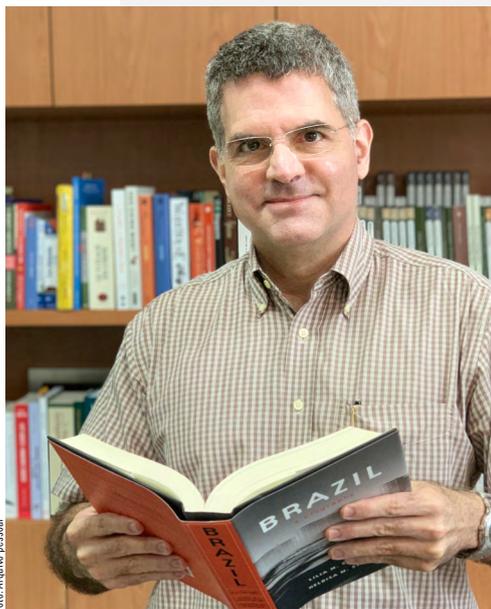
REFERÊNCIAS

Brasil. Decreto nº 5.053, de 22 de abril de 2004, que “Aprova o Regulamento de fiscalização de produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos que os fabriquem ou comerciem, e dá outras providências”. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-pecuarios/produtos-veterinarios/legislacao-1/decreto-lei-e-lei/decreto-federal-no-5053-de-22-04-2004.pdf/view>. Acesso em 15/08/2022.

Xavier, F.G. Farmacovigilância veterinária: aspectos gerais e aplicados. In: Spinosa, H.S.; Palermo-Neto, J.; Górnaiak, S.L. Medicamentos em animais de produção. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2014. p. 413-426.

Organização Mundial da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A importância da farmacovigilância. Monitorização da segurança dos medicamentos. 2005. 48p. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/importancia.pdf>. Acesso em 15/08/2022.

Organização Pan-Americana da Saúde. Rede Pan-Americana de Harmonização da Regulamentação Farmacêutica. Boas práticas de farmacovigilância para as Américas. 2011. 75p. Disponível em: <https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2011/Red-PARF-5-Port.pdf>. Acesso em 15/08/2022. 



Daniel Roberto Pinto

Diplomata desde 1999 e Cônsul-Geral Adjunto em Los Angeles (EUA)

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PESQUISA E A INOVAÇÃO NO BRASIL

“All the Brazilian researchers that have been in my lab are first-rate. They know how to think. I can't say that of every nationality.”
(Dra. Sujan Shresta)¹

INTRODUÇÃO

Em 2021, em levantamento da *National Science Foundation* dos EUA sobre o número de artigos científicos publicados no ano anterior, o Brasil figurava na 10ª colocação², atrás da Coreia do Sul e à frente da França. Vinte anos antes, ocupávamos o 17º lugar.³

Por outro lado, ao examinarmos como essa pesquisa científica se traduz em inovação, o Brasil não ostenta indicadores tão positivos. Segundo o Índice Global de Inovação (*Global Innovation Index*, GII) da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), o Brasil estava em 57º lugar dentre as 132 economias analisadas em 2021.⁴

1. Professora do Centro de Doenças Infecciosas e Pesquisa de Vacinas, La Jolla Institute for Immunology, San Diego, Califórnia, em conversa com o autor em 27 de julho de 2022.

2. “Publication Output by Country, Region, or Economy and Scientific Field” (<https://nces.nsf.gov/pubs/nsb20214/publication-output-by-country-region-or-economy-and-scientific-field>, todos os acessos às páginas da internet mencionadas nas notas ocorreram em agosto de 2022)

3. “Publicações científicas por países: contagem por autoria e por artigo”, Revista Pesquisa FAPESP, 02/2020 (<https://revistapesquisa.fapesp.br/publicacoes-cientificas-por-paises-contagem-por-autoria-e-por-artigo/>)

4. “*Global Innovation Index 2021 – Brazil*” (https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_gii_2021/br.pdf). Para o relatório completo, ver “WIPO Global Innovation Index 2021” (https://www.wipo.int/global_innovation_index/en/2021/)

A partir da avaliação de algumas potencialidades do nosso país, bem como de elementos que atrapalham seu progresso científico, procuraremos oferecer propostas preliminares e sucintas para atenuar esse quadro.

POTENCIALIDADES DO BRASIL

A qualidade da formação científica brasileira é mundialmente reconhecida. Todas as instituições de pesquisa que visitei na Califórnia contam com numerosos cientistas brasileiros, alguns com bolsa ou em projetos temporários. Outros vieram para aprofundar seus estudos e aceitaram convites para permanecer. Não raro, brasileiros ocupam altos cargos nessas instituições.⁵

Contamos também com instituições de excelência como Fiocruz, Instituto Butantan, Instituto Adolfo Lutz, USP, Unicamp, UFRJ e outras, bem como laboratórios de P&D empresarial. Em projetos próprios ou em parcerias internacionais, nossos centros têm alcançado resultados importantes. Seu papel durante os piores momentos da crise da covid-19 ficará para a história.

O Brasil é também o país mais megadiverso do mundo, com o maior número de espécies de fauna e flora.⁶ A biodiversidade pode contribuir muito mais

5. Ver citação em epígrafe.

6. “Brasil desperdiça o potencial de sua biodiversidade, um ativo único e inigualável” (Hérton Escobar, *Jornal da USP*, 09/2019, <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-ambientais/brasil-desperdiça-o-potencial-de-sua-biodiversidade-um-ativo-unico-e-inigualavel/>). Ver também “País deixa de gerar US\$ 5 bi por ano com fitoterápicos” (Ricardo Miotto, *Folha de S. Paulo*, 06/2010, <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0706201002.htm>).



para a elaboração própria de produtos essenciais para o País, como ingredientes farmacêuticos ativos (IFAs) e fertilizantes, ambos importados na sua quase totalidade.⁷ É um passo na direção certa o recente lançamento de cadastro simplificado para pesquisa com patrimônio genético.⁸

Realizações científicas do Brasil nas últimas décadas incluem a criação de novos centros de produção públicos e privados, incorporação de biofármacos e vacinas, Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), notável resposta ao vírus Zika, entre outros.

ALGUNS OBSTÁCULOS AO CRESCIMENTO

Contudo, ainda não superamos o desafio de estabelecer ecossistema sustentável de inovação tecnológica. Estamos aquém do desejável, seja em número

de profissionais qualificados, seja em condições de trabalho científico, seja em volume de investimentos, para traduzir nossa pesquisa científica em produtos inovadores. Mesmo os compostos originários da biodiversidade precisam ser submetidos ao método científico para adequá-los ao uso humano.⁹

O Brasil forma apenas cerca de 60 mil mestres e 22 mil doutores a cada ano, número insuficiente para cobrir as necessidades do País e gerar massa crítica essencial para o avanço da inovação, apesar da qualidade da formação oferecida.¹⁰

A complexidade das novas fronteiras da biotecnologia requer investimentos consistentes. Exige, ainda, equipamentos de alta precisão, quase sempre produzidos no exterior. Dificuldades financeiras e burocráticas para importá-los põem o pesquisador brasileiro, especialmente no setor público, em desvantagem com relação a seus colegas em países mais ricos.

7. Sobre fertilizantes, ver, por exemplo, o relatório “Visões de futuro do agro brasileiro” (https://www.embrapa.br/documents/10180/69784985/VISAO_FUTURO_AGRO_BRASILEIRO_s%C3%ADntese.pdf/7a895909-4a8e-3caf-bb2e-440e8c7003ba)

8. “MCTI e CNPq lançam cadastro simplificado para pesquisa com patrimônio genético nacional sem fins econômicos” (<https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/mcti-lanca-cadastro-simplificado-para-pesquisa-com-patrimonio-genetico-nacional-sem-fins-economicos>)

9. “Da casca do chorão à aspirina”, Natália Pasternak, *O Globo*, 25/04/2022 (<https://oglobo.globo.com/blogs/a-hora-da-ciencia/post/2022/04/da-casca-do-chorao-aspirina.ghtml>)

10. Segundo o Dr. Rui Curi, do Instituto Butantan, em mesa redonda no “Summit Brasil”, realizado em San Diego à margem da Bio International Convention em 13/06/2022, conforme relato oficial do Consulado-Geral do Brasil em Los Angeles ao Itamaraty.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: UM CAMINHO?

A pandemia de covid-19 reafirmou o potencial da cooperação internacional: graças a parcerias tecnológicas de ponta, instituições como Fiocruz e Butantan puderam absorver com rapidez o conhecimento relativo à produção de vacinas com tecnologia estrangeira e lograram implantar uma estrutura de produção própria que cobriu as necessidades nacionais de imunização. O Brasil também desenvolveu testes eficazes para detecção do SARS-Cov2.¹¹

Em reconhecimento, a Organização Mundial da Saúde (OMS) selecionou, em 2021, o Instituto Bio-Manguinhos como plataforma latino-americana de produção de vacinas à base de ARN mensageiro (mRNA).

A persistência da covid-19, o advento de outras doenças infecciosas de alcance global e a guerra na Ucrânia, com as turbulências que provocam nas cadeias globais de suprimento, nos lembram da importância de garantir o domínio tecnológico da produção de insumos estratégicos, como os IFAs e fertilizantes. Precisamos, sobretudo, de incentivos para desestimular a “fuga de cérebros”.

Tais medidas, além do aumento de investimentos públicos e privados em inovação, incluiriam também a regulação eficaz da circulação internacional de materiais, equipamentos e profissionais, reduzindo barreiras alfandegárias, tributárias, migratórias e acadêmicas.

O aprofundamento das parcerias internacionais leva ao fortalecimento de laços entre instituições brasileiras e estrangeiras. Ademais, permite que pesquisadores brasileiros radicados no exterior contribuam para a inovação no País.

A Divisão de Ciência e Tecnologia (DCTEC) do Ministério das Relações Exteriores vem mapeando a diáspora científica brasileira, e estudando as políticas de outras nações com relação a seus próprios cientistas expatriados. O Itamaraty recentemente criou, ainda, a Coordenação-Geral de Diplomacia da Saúde (CGSAUDE), cujas várias responsabilidades incluem o apoio a iniciativas de cooperação.

Esse trabalho tem ocorrido em coordenação com políticas públicas dos Ministérios da Saúde (MS), da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia e Inovações

(MCTI), o que leva a resultados mais robustos. Cerca de 34% das pesquisas publicadas por cientistas brasileiros são realizadas em colaboração com colegas de outros países.

Exemplo recente do que se deseja ampliar: equipe de neurocientistas brasileiros da Universidade da Califórnia em San Diego (UCSD) e da Unicamp logrou reverter a evolução de uma das formas mais profundas do autismo. Codirigido pelos professores Alysson Muotri, Diretor do Programa de Células-Tronco da UCSD, e Fábio Papes, do Instituto de Biologia da Unicamp, o estudo contou com apoio financeiro dos EUA e do Brasil (CNPq e FAPESP).¹²

CONCLUSÃO

Tempo é componente essencial para o êxito da pesquisa científica e para a própria inovação. Afinal de contas, patentes são concedidas ao primeiro depositante.¹³ Os desafios da saúde vêm sendo objeto de pesquisas concomitantes em diferentes partes do mundo.

A cooperação internacional, de imediato, permitirá que alguns dos talentos expatriados continuem a contribuir para a ciência brasileira e que os cientistas que permanecem no País se mantenham conectados com as pesquisas de ponta realizadas nos grandes centros internacionais.

A médio prazo, com políticas de Estado sustentadas em prol da ciência, tecnologia e inovação, os recursos naturais sem par de que dispomos e o reconhecido talento dos cientistas nacionais levará o Brasil a afirmar-se cada vez mais como país inovador e a prestar contribuição de primeira grandeza para o progresso mundial. 🍷

O artigo representa as opiniões pessoais do autor, não refletindo necessariamente as posições do Ministério das Relações Exteriores.

11. “Innovation in diagnostics: addressing gaps in low- and middle-income countries” (*Bulletin of the World Health Organization*, 01/08/2022, <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9306385/>)

12. “Estudo abre novas possibilidades de tratamento para formas de autismo” (<https://confap.org.br/news/estudo-abre-novas-possibilidades-de-tratamento-para-forma-de-autismo/>). O assunto também foi objeto de relatório oficial do Consulado-Geral do Brasil em Los Angeles, com data de 03/05/2022.

13. Em tema complexo demais para desenvolver aqui, cabe registrar os louváveis esforços da diretoria do INPI, a atual e as anteriores, em reduzir o chamado backlog, que em alguns casos leva a demora de mais de uma década para a aprovação de patentes. Solução mais duradoura virá quando o órgão conquistar sua autonomia financeira, como ocorre nos países capitalistas mais ricos.



Setorial Saúde

UM NOVO CEIS,

MAIS FORTE E CAPAZ

Uma das consequências da pandemia de covid-19 foi trazer à tona o debate sobre o complexo industrial de saúde instalado no País. No auge da crise, a sociedade brasileira sentiu os reflexos da sua dependência por insumos farmacêuticos produzidos no exterior. Essa situação de insegurança nacional fez com que o Brasil avaliasse seu parque industrial e decidisse estimulá-lo. O Projeto de Lei nº 1505/2022, de iniciativa do senador Eduardo Gomes (PL/TO), estabelece mecanismos de estímulo ao fortalecimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS) no âmbito da Política Nacional de Inovação Tecnológica em Saúde. A meta é criar uma fundamentação legal que estimule o desenvolvimento científico e tecnológico e promova maior articulação entre os integrantes do setor de saúde – Governo, centros de pesquisa, universidades e iniciativa privada.

A forma mais eficaz de enfrentar situações de crise como a criada pela inesperada pandemia é construir um ecossistema robusto e capaz de criar soluções em pouco tempo. Para tal, é necessário investir em capacitação científica e tecnológica e isso só acontece em ambientes favoráveis, com sólidos fundamentos jurídicos, que proporcionem a segurança necessária.

“Foi o que o Brasil fez com a estruturação do CEIS”, conta Carlos Grabois Gadelha, atual coordenador do Centro de Estudos Estratégicos Antonio Ivo de Carvalho (CEE/Fiocruz). “No período em que fui secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, uma das ferramentas que viabilizamos foram as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs). Para mensurar sua importância, basta verificar que as duas vacinas para covid-19 produzidas no País, pela Fundação Oswaldo Cruz e pelo Instituto Butantan, são resultado de plataformas tecnológicas oriundas deste mecanismo. Centenas de milhares de vidas foram salvas graças ao fruto dessa base tecnológica, que nos permitiu absorver tecnologia e promover política envolvendo a articulação do Estado com o setor privado, mas sempre tendo em vista o interesse público”.

Mas ainda há muito a ser feito, alerta o senador Ogari Pacheco (União/TO), apesar da Constituição Federal, nos artigos 218 e 219, estabelecer como dever do Estado a promoção e o incentivo ao desenvolvimento científico, à pesquisa e à capacitação tecnológica. “Na prática, ainda não há um alicerce legal que garanta um ambiente propício para o desenvolvimento científico e tecnológico no País, o que reflete na forma como a indústria farmacêutica e farmoquímica está estruturada no Brasil. O Projeto de Lei nº 1505/2022 pretende oferecer esse arcabouço jurídico e mudar esse cenário”.

Segundo ele, o Brasil ainda sofre por depender da indústria internacional, como no caso dos Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs). O País importa 95% do que é preciso para a produção de medicamentos. “A insegurança que isso traz para a saúde pública ficou clara durante a pandemia da covid-19, que obrigou as indústrias a montarem uma verdadeira operação de guerra para produzir insumos e medicamentos necessários para abastecer os hospitais enquanto a demanda mundial sofria um aumento sem precedentes. Durante a emergência sanitária da covid-19, ficou bem claro que os países que investiram em capacitação científica e tecnológica ao longo dos anos foram capazes de responder de forma mais rápida e eficiente à emergência”, afirma Pacheco. Para Gadelha, é lamentável enfrentarmos problemas de abastecimento de dipirona, paracetamol e antibióticos clássicos, como amoxicilina. “Temos que voltar a produzir

IFAs tradicionais, inclusive de base química, ao mesmo tempo em que avançamos em plataformas tecnológicas inovadoras”, defende ele.

Sergio Frangioni, diretor geral da Blanver Farmoquímica e Farmacêutica, acredita que o aprendizado trazido pelo coronavírus confirmou a alta dependência de produtos de saúde vindos do mercado internacional. “A tendência é que o CEIS venha a considerar áreas primordiais para sua atuação e estruturar melhor plataformas com soluções mais aderentes às demandas do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos parceiros públicos e privados, a fim de trazer para a agenda projetos de inovação radical e pesquisas no País”.

Frangioni enfatiza que os governos deveriam entender que as PDPs possuem papel central na capacitação tecnológica e são instrumentos de fomento da indústria nacional que ajudam a reduzir as atuais vulnerabilidades do SUS. “Para garantir a segurança jurídica dos parceiros públicos e privados nestas contratações, é essencial trazer mais previsibilidade nos termos de fornecimento, considerar o valor agregado da transferência tecnológica durante as negociações de preço, proporcionar isonomia fiscal para os projetos locais, apoiar juridicamente o uso exclusivo do IFA depois de nacionalizado e manter



“Temos que voltar a produzir IFAs tradicionais, inclusive de base química, ao mesmo tempo em que avançamos em plataformas tecnológicas inovadoras”

Carlos Grabois Gadelha

a regularidade para publicação dos novos produtos de interesse do SUS para novas PDPs”.

Para a professora associada e coordenadora do Grupo de Economia da Inovação do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GE/IE/UFRJ) Julia Paranhos, as políticas explícitas para Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) implementadas entre 2003-2016 com foco na área do CEIS foram acertadas, ainda assim, elas se mostraram frágeis frente à mudança de Governo e de direcionamento político. “Precisamos de mais clareza na definição das prioridades de saúde no direcionamento das políticas industriais e de CTI, da introdução de avaliação e monitoramento das políticas em produção, inovação e saúde, de ações direcionadas às pequenas empresas de base tecnológica, em especial biotecnologia, de maior participação da sociedade civil nos fóruns de debate, principalmente no Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS) e de coordenação de políticas explícitas e implícitas, como a macroeconômica, comercial, tributária, e das diversas dimensões regulatórias que afetam a produção e inovação na IFB. Outro ponto é a regularização das Encomendas Tecnológicas e Medidas de Compensação na área da saúde, que foram incluídas no Decreto nº 9.245/17, mas ainda não estão regulamentadas”, enumera a pesquisadora.

Gadelha, da Fiocruz, diz que as políticas para o CEIS devem ser vinculadas ao compromisso de fortalecer o País no núcleo tecnológico da saúde, que envolve fármacos, dispositivos eletrônicos e inteligência artificial. Isso nos permitiria participar do mundo da inovação e da fronteira tecnológica em saúde. “E sem esquecer de doenças negligenciadas, de nossas populações vulneráveis, voltando a produzir medicamentos básicos”. Do ponto de vista institucional, o desafio no fortalecimento do CEIS é garantir ambiente propício, avançando na discussão com os órgãos de controle, para que os gestores possam exercer suas funções com segurança. “Se não fosse a decisão da presidente da Fiocruz de comprar, via encomenda tecnológica (ETEC), 100 milhões de doses de uma vacina que até então não existia, correndo todo o risco de um produto ainda em desenvolvimento, talvez tivéssemos mais 300 mil pessoas atingidas de modo fatal pela covid-19. Temos que garantir ambiente institucional propício para que o gestor público possa assumir riscos em nome do acesso a produtos fundamentais para o SUS”, insiste Gadelha.

Ele também destaca o exemplo do Instituto Butantan. A princípio, a intenção do Governo era adquirir vacinas contra gripe diretamente do fornecedor internacional, sem envolvimento do Butantan. “Se tivéssemos feito isso, hoje o Butantan não saberia fazer a Coronavac contra a



“Durante a emergência sanitária da covid-19, ficou bem claro que os países que investiram em capacitação científica e tecnológica ao longo dos anos foram capazes de responder de forma mais rápida e eficiente à emergência”

Ogari Pacheco

covid-19. Investir em biotecnologia em parceria com empresas privadas foi um risco assumido, mas também foi uma aposta no futuro”.

Entre os especialistas, não há dúvida de que é preciso vontade política e instrumentos eficazes para buscar a ampliação de investimentos nas áreas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e para promover o desenvolvimento de novas tecnologias e estimular a produção nacional. O desmonte recente de mecanismos voltados para as atividades de P&D, como a Subvenção Econômica, prejudica o desenvolvimento nas empresas. “Se as empresas pararem de investir, os investimentos anteriores podem ser perdidos e os resultados almejados nunca serão alcançados, devido à natureza cumulativa do conhecimento”, avisa Julia Paranhos. “A constante mudança de estruturas, orientações e personificação das propostas implementadas gera desperdício de recursos e aversão a investimentos em P&D pelas empresas. Em síntese, é necessária atuação sistêmica e construção de políticas para alcançar objetivos amplos de desenvolvimento produtivo, inovativo e social”, resume.

Foto: Riana Souza

A professora da UFRJ aposta no poder de compra estatal, por meio do SUS. A ideia não é simplesmente aumentar o número de PDPs, mas estimular suas formas alternativas, como as relacionadas às demandas de saúde de curto e longo prazo, que envolvam não somente grandes empresas, mas também pequenas e *startups*. “A estratégia deve estar explicitamente articulada aos demais instrumentos do do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Finep, assim como aos trâmites da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI)”.

Para Frangioni, da Blanver, o uso da capacidade de aquisição do Estado é essencial. Segundo ele, um dos desafios é direcionar a força das compras públicas de forma a reconhecer e induzir a inovação e a capacitação científica e tecnológica do parque industrial nacional. “Iniciativas desse tipo são fortemente dependentes de fontes de financiamento, sendo fundamental o acesso aos instrumentos de subvenção e empréstimos com este destino”. Gadelha corrobora: “temos que reforçar, como elemento central, decisivo para a inovação, a garantia de mercado pela força do Governo. A produção de ventiladores no ano passado é um exemplo: eles estão sendo subutilizados hoje. É preciso dar horizonte de mercado a quem acredita e começa a produzir no Brasil”.

Mas o coordenador do CEE/Fiocruz faz uma ressalva: as decisões devem manter o firme compromisso com o SUS. “Sou contra usar poder de compra do Estado para produtos que não sejam estratégicos para o SUS. Benefícios, incentivos fiscais, incentivos tributários, só se forem para o sistema público. O resto é papel do mercado. Tendo o SUS como norte, o importante é garantir estabilidade após a conclusão dos processos, compra com preços justos, monitorados e avaliados, compatíveis com os valores internacionais”.

De que forma a cadeia produtiva de base pode ser fortalecida por meio das PDPs? Para o senador Ogari Pacheco, tudo começa com a criação de um marco legal que dê segurança a quem investe em pesquisa e inovação. Como exemplo, ele cita o caso dos registros sanitários, dispensados para os IFAs importados, mas cobrados dos nacionais, obrigados a cumprir diversas exigências. “É uma distorção que não faz sentido e que privilegia a importação em detrimento da indústria nacional. Outro ponto que precisa ser revisto é a carga tributária incidente sobre produtos essenciais à saúde”.

Sergio Frangioni ressalta que os laboratórios oficiais, em detrimento da Lei 8.666/1993, realizam pregões e contratações de IFAs produzidos no exterior, visto que a indústria nacional não consegue competir em termos de

preço com fabricantes asiáticos, por exemplo. “A falta de perspectiva de fornecimento é, sem dúvidas, o centro do problema atual. O grande fantasma na indústria é investir no desenvolvimento do IFA sabendo que, após a terceira fase da PDP, não haverá mais fornecimento. Muito raramente o retorno de investimento de uma planta para esta produção se dará em menos de cinco anos e, até o momento, este assunto tão crítico não encontra interlocutores ou perspectiva de adequação no marco regulatório”.

O coordenador do Centro de Estudos Estratégicos Antonio Ivo de Carvalho (CEE/Fiocruz) destaca uma questão crucial e de grande importância para a ABIFINA: depois que as PDPs e as transferências de tecnologia são concluídas, é necessário continuar o estímulo da produção feita no País, em contraposição à importação do produto. “Do contrário, faço uma PDP, ela é bem-sucedida, mas, quando começo a internalizar a tecnologia, não tenho mais garantia de mercado. Temos que ter a coragem de fazer o que os Estados Unidos fazem hoje, assim como a França, a Alemanha e a China: se é produzido no Brasil, tem que ter prioridade nas compras

Foto: Diego Pereira



“É necessário definir IFAs e medicamentos estratégicos, atentar para barreiras concorrenciais e focar nas diferenças nos vários níveis da regulação sanitária dos países da região”

Julia Paranhos



“A falta de perspectiva de fornecimento é, sem dúvidas, o centro do problema atual. O grande fantasma na indústria é investir no desenvolvimento do IFA sabendo que, após fase 3 da PDP, se não houver segurança jurídica garantida pelo marco regulatório, não é possível fornecer IFA nacional aos laboratórios oficiais”

Sergio Frangioni

públicas. Isso é muito importante para as empresas envolvidas”, explica Gadelha.

Para Julia Paranhos, são necessárias políticas específicas para desenvolver a indústria localmente e reduzir a dependência externa na produção de medicamentos e possibilitar a geração de produtos e processos inovadores mais complexos na indústria farmacêutica por meio de atuação conjunta com a farmoquímica. “Além disso, devemos pensar na integração do mercado latino-americano como um todo e do Mercado Comum do Sul (Mercosul), como forma de ganhar escala para produções locais, estimulando o fortalecimento da produção e a redução do preço. É necessário definir IFAs e medicamentos estratégicos, atentar para barreiras concorrenciais e focar nas diferenças nos vários níveis da regulação sanitária dos países da região”.

Regulamentação adequada e disponibilidade de fontes de financiamento são importantes, mas não bastam. Segundo Gadelha, o CEIS possui demanda significativa relacionada à área da educação, pois o setor de saúde exige trabalhadores qualificados. “Para gerar um horizonte para a juventude que está sendo formada, é preciso haver uma base produtiva sofisticada, que demande trabalho dos jovens. Caso contrário, veremos profissionais ultra qualificados em empregos vis, sem qualquer tipo de direito”, afirma.

Ele ressalta que o segmento é complexo e completo, que precisa de integrantes competentes em todos os níveis, do técnico ao de alta qualificação. “O CEIS gera, hoje, 25 milhões de empregos diretos e indiretos. Em empregos diretos, são nove milhões. É importante não haver escolhas binárias, entre ensino básico e pós-graduação. O CEIS precisa de todo o espectro educacional. Sem técnicos não há produção em saúde. Sem doutores, não há inovação”. Frangioni também diz que o sucesso na ampliação de investimentos em inovação, pesquisa e novas tecnologias também depende da capacitação de recursos humanos. “São necessários mais incentivos e recursos disponíveis para bolsas de pesquisas, além de práticas que continuem fortalecendo a parceria entre universidade e indústria”.

Otimismo não falta ao senador Ogari Pacheco. Segundo ele, o PL 1505/22 tem o mérito de proporcionar uma legislação específica para o CEIS, que permitirá particularizar o atual regramento jurídico brasileiro para as necessidades do setor de saúde, em especial as do SUS. “O projeto cria o Diálogo Competitivo e o Contrato Público para Solução Inovadora (CPSI) especificamente para o setor de saúde, instrumentos que serão usados para promover o desenvolvimento da sociedade e da economia, favorecendo o Sistema Nacional de Inovação em Saúde. Um arcabouço legal mais abrangente e específico para o CEIS representa uma declaração ampla e transparente de que a inovação é parte integrante da estratégia de desenvolvimento do Estado”.

Carlos Gadelha acredita que o Brasil está diante de uma grande janela de oportunidade para ser inovador, garantindo à sua população o acesso universal e igualitário a medicamentos e tratamentos. “As empresas de química fina e medicamentos deveriam perceber a oportunidade de contribuir decisivamente para o CEIS, assumindo um compromisso com a saúde da população e com o desenvolvimento de um sistema econômico e produtivo que será o mais importante do mundo no século XXI e que já representa 10% do Produto Interno Bruto (PIB). Elas devem se inserir em uma grande estratégia nacional de desenvolvimento do País, um modelo diferente de desenvolvimento, calcado na inovação, na produção nacional e na sustentabilidade ambiental”. 

LABORATÓRIOS KILOLABS:

NORTEC QUÍMICA INVESTE

NO MERCADO DE ONCOLÓGICOS

E IFAS DE ALTA POTÊNCIA

A Nortec Química, indústria farmoquímica líder na fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) da América Latina, vai entrar no mercado de produtos oncológicos e IFAs de alta potência a partir de outubro de 2022. Tal iniciativa marca um novo momento da empresa, que avança em ideias tecnológicas e inovadoras para o setor em que atua.

“Esse passo reflete o nosso anseio por novas tecnologias e o quanto desejamos criar uma presença forte neste segmento, que tem grande necessidade de alternativas de suprimento”, comenta o presidente da Nortec Química, Marcelo Mansur (foto), que também planeja expandir o modelo de Kilolab para acelerar os desenvolvimentos e aumentar a oferta de produtos para o mercado brasileiro e internacional.

KILOLAB E SEUS DESAFIOS

Kilolabs são laboratórios de produção e desenvolvimento de processos em poucos quilos. Nessas unidades, os insumos são processados em escalas intermediárias. Maiores que o desenvolvimento na bancada, que envolve poucas gramas, e menores do que a escala de introdução nas unidades industriais, que abrange lotes que podem chegar a toneladas. Assim, elas podem ser usadas tanto para o *scale up* de processos quanto para a fabricação de produtos em escala reduzida.

Por se tratar de um segmento relativamente novo, os desafios para a implantação desse tipo de laboratório vão desde a concepção até a implantação. “Além dos obstáculos de desenvolver soluções para o negócio, na montagem dos laboratórios enfrentamos a escassez de insumos, disparada de preços, atraso nos fornecimentos e a falta de *know-how* no mercado nacional para a montagem dos sistemas”, comenta Maria Eliane Almeida, Coordenadora de Projetos da Engenharia. Eliane destaca ainda a necessidade de cumprir os requisitos específicos



Foto: Sérgio Zechi

e a compatibilização de normas, que também demandam atenção e cuidados na execução desses projetos.

Além disso, a construção dos laboratórios tem peculiaridades. É necessária, por exemplo, uma preparação maior para concentrar as atividades de diferentes equipes em um espaço reduzido em comparação com o ambiente industrial. Outro desafio são os próprios equipamentos, que possuem grande complexidade, além de serem bem delicados. Para a Nortec Química, um dos grandes

Fotos: Paulo Henrique Lima



marcos deste projeto foi conciliar o posicionamento dos equipamentos mais críticos, *glove boxes*, estufas e conjuntos de reatores de vidro, equipamentos-chave dentro de um kilolab.

Diferente da manipulação dos Insumos Farmacêuticos Ativos tradicionais, os insumos de alta potência exigem um cuidado especial. A manipulação deve ser feita em isolamento total e, ao final da operação, todo o material que teve contato com o produto deve ser descontaminado. Ademais, devido à alta toxicidade dos materiais, a sala é mantida sob pressão negativa, evitando que qualquer material tóxico resultante do processo de fabricação desses insumos escape para o exterior.

Para a manipulação do pó, os laboratórios contam com isoladores, ou *glove boxes*, equipamentos que operam com pressão negativa e tratamento de todos os efluentes (gasosos, líquidos ou sólidos). Dentro delas, é possível realizar as etapas de filtração, secagem e moagem dos IFAs.

A equipe também precisa de uniformes especiais. “Todos os operadores são paramentados com roupas de proteção, respiradores, luvas e botas, para evitar a aspiração ou contato dos IFAs com a pele. Na saída, eles também passam por um *air shower*, uma estrutura com isolamento que faz com que o operador passe por uma cortina de ar. Ela retira o pó que pode eventualmente ter aderido à vestimenta, que é removida e descartada na antecâmara de saída”, explica Eliane.



Programado para ser inaugurado em outubro de 2022 na planta de Duque de Caxias (RJ), o Kilolab vai contribuir para a Nortec Química cumprir seu papel fundamental, que é de gerar maior acesso da população à medicamentos. ●●●



Foto: Arquivo ABIFINA

Fernanda Costa

Especialista em Comércio Exterior e Cadeia Química da ABIFINA

DADOS ESTATÍSTICOS E POLÍTICAS PÚBLICAS: QUAL A RELAÇÃO?

No apagar das luzes de 2021, a Receita Federal do Brasil (RFB) publicou a Portaria Nº 100, revogando a Portaria nº 361/2016, que dispunha sobre a divulgação de dados estatísticos aduaneiros. Com esta decisão, a Receita Federal encerrou definitivamente o Siscori, uma importante ferramenta de dados relacionada ao comércio exterior e utilizada por inúmeros setores. Todos fomos pegos de surpresa, uma vez que o acesso foi bloqueado abruptamente e, da noite para o dia, perdemos acesso aos dados de anos e anos de importação de inúmeros produtos.

Inicialmente, segundo a RFB, a motivação para a decisão pelo desligamento do sistema foi que os dados apresentados no Siscori já são disponibilizados por um outro sistema mantido pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex), o Comex Stat. Para a Secex, a medida traria simplificação, já que unificaria os canais e haveria economia de recursos. Entretanto, não é o que vemos hoje.

Logo após o encerramento do Siscori, e após intensa e legítima manifestação contrária do setor privado, a RFB fez uma parceria com a Aliança Procomex para interlocução com as associações e empresas nas tratativas sobre a criação de uma nova forma de divulgação dos dados de comércio exterior. Ao longo das diversas reuniões realizadas, a RFB informou que a exclusão do acesso público do Siscori ocorreu devido à exposição de dados sigilosos. Através de uma engenharia reversa, segundo o órgão, seria possível a identificação de importadores.

A partir daquele momento, a RFB passou desenvolver uma nova ferramenta para apresentação dos dados aduaneiros, que ainda se encontra em fase de construção. Entretanto, as informações atualmente apresentadas trazem pouca quantidade de dados e sem qualidade. Não permitem, por exemplo, uma

análise mais específica da mercadoria e contempla pouquíssimos produtos.

Ambos os sistemas estatísticos trabalham dados relativos à Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Porém, esta possui um elevado grau de agregação de itens, o que significa que diversos produtos são classificados em uma única NCM. No Comex Stat, são apresentados os dados consolidados da NCM, ou seja, não é possível uma separação produto a produto. Este fato gera uma grande distorção, já que os produtos podem apresentar diferentes preços, não sendo possível a quantificação adequada das importações e exportações de um produto desejado. Já no Siscori, era possível a obtenção um pouco mais detalhada dos dados aduaneiros produto a produto dentro de uma única NCM. Como era possível? Através da descrição da mercadoria, um campo fundamental para a correta identificação do produto.

De forma a ilustrar a diferença entre os sistemas, de forma muito simplificada, podemos analisar as tabelas na página a seguir. Na tabela 01, estão representados os dados extraídos do Comex Stat e, na tabela 02, os do antigo Siscori. Comparando somente os dados relacionados à “descrição” no mês de janeiro de 2017

Tabela 01 – Extrato da descrição da NCM 3004.20.29, segundo o Comex Stat

Código NCM	Descrição NCM	Países
30042029	Outros medicamentos contendo macrolídeos/derivados, em doses	Estados Unidos
30042029	Outros medicamentos contendo macrolídeos/derivados, em doses	Reino Unido
30042029	Outros medicamentos contendo macrolídeos/derivados, em doses	África do Sul

Fonte: Comex Stat. Elaboração própria

Tabela 02 – Extrato da descrição da NCM 3004.20.29, segundo o Siscomex

Cód. NCM	Descrição do código NCM	País de origem	País de aquisição	Descrição do produto
30042029	OUTS. MED. C/ MACROLÍDIOS, DERIV.	África do Sul	África do sul	[...]: CLARITROMICINA [...]
30042029	OUTS. MED. C/ MACROLÍDIOS, DERIV.	Estados Unidos	Bélgica	[...] MEDICAMENTO A BASE DE AZITROMICINA [...]
30042029	OUTS. MED. C/ MACROLÍDIOS, DERIV.,	Reino Unido	Reino Unido	[...] ACETIL ISOVALERIL DE TILOSINA [...] ANTIBIÓTICO PARA USO VETERINÁRIO [...]

Fonte: Receita Federal (2018). Elaboração própria.

para a NCM 3004.20.29, classificados como “Outros” na Tarifa Externa Comum (TEC), observa-se que não é possível identificar quais produtos foram importados no período para o referido código, pois apresenta a tal descrição genérica. Porém, quando verificado no Siscomex, era possível identificar, dentro daquela NCM, através da descrição com maior detalhamento, quais mercadorias de fato estavam sendo importadas. No caso em referência, temos o exemplo de três produtos diferentes classificados na mesma nomenclatura, que somente puderam ser identificados com o auxílio do Siscomex.

Mas não somente havia o diferencial da descrição, como também a indicação de dados da origem da mercadoria e de qual país foi adquirido, valores médios, quantidades estatísticas, frete, entre outros, que não constam no Comex Stat. Ou seja, o Siscomex era uma ferramenta de grande importância que complementava a atuação do Comex Stat.

Já a nova ferramenta, em elaboração pela Receita Federal desde maio de 2022, tenta trazer novamente algumas informações sobre as estatísticas aduaneiras. A solução encontrada está baseada na utilização da NVE, a Nomenclatura de Valor Aduaneiro e Estatística, que traz em seu cerne atributos e especificações relativos às mercadorias, que são complementares à NCM. Contudo, há ainda uma certa dificuldade para trabalhar os dados disponibilizados, já que estes novamente são apresentados de forma agregada, com inúmeras restrições, gerando um volume de dados pífio. Voltando ao exemplo da NCM 3004.20.29, se analisarmos sob a ótica da nova ferramenta, sequer teremos menção à classificação, dadas as restrições impostas.

Por qual razão tais dados são tão importantes? As NVEs e as descrições das mercadorias auxiliam a RFB

a determinar o valor correto das mercadorias importadas e também permitem aos setores combater a prática de concorrência desleal, subsidiando o Governo com análises preliminares de indícios de sonegação fiscal ou de infrações relativas à classificação fiscal, à origem ou ao valor aduaneiro da mercadoria.

Em um momento em que diversos acordos comerciais internacionais estão sendo firmados, faz-se urgente a retomada de uma plataforma que agregue dados de fato relevantes para o comércio exterior, visto que devemos preservar a indústria brasileira e o seu desenvolvimento, os empregos, os impostos pagos de forma correta e a oferta de produtos de qualidade ao consumidor, sobretudo se estes afetam a saúde da população. O combate aos produtos ilegais não passa apenas por questões econômico-financeiras, mas também pela segurança nacional, saúde, segurança alimentar.

Não só para o combate às ações ilegais, o Siscomex era importante. Diversas entidades setoriais utilizavam o sistema de dados estatísticos aduaneiros para subsidiar as análises setoriais, os estudos de mercado e, principalmente, a formulação de políticas públicas. Quando necessário um maior detalhamento das informações de um produto ou grupo de produtos, era do Siscomex que as informações de valores médios de importação eram obtidas.

A utilização da NVE parece ser uma estratégia interessante, se utilizada em sua totalidade. Apesar de não estar disponível (ainda) para todos os produtos, para o setor da química fina, a NVE está presente nos capítulos 28, 29, 30 e 38 da TEC. A ABIFINA vem trabalhando há alguns anos pela abertura de mais NVEs, para identificar os produtos importados com maior assertividade para definir estratégias de políticas públicas e contribuir para melhora da competitividade da indústria nacional. 

PAINEL DO ASSOCIADO

Oxitenos se destaca entre as mais inovadoras e sustentáveis

Dois rankings reconhecem os resultados da estratégia de negócio da Oxitenos. A empresa, líder na produção de tensoativos e especialidades químicas nas Américas, ocupou o 3º lugar na categoria Química do Prêmio Valor Inovação, organizado pelo jornal Valor Econômico e pela consultoria Strategy&. Além disso, pelo segundo ano consecutivo, posicionou-se na categoria Platinum, a mais alta na lista da EcoVadis, companhia global de classificações de sustentabilidade empresarial. Apenas 1% dos avaliados ocupam essa posição.

Os dois temas se articulam na Oxitenos: a inovação é tratada como ferramenta estratégica para o desenvolvimento de soluções sustentáveis. Só no ano passado, 64 inovações tiveram sua primeira venda. A empresa informa ainda que avaliou soluções de mais de 120 *startups* e realizou oito provas de conceito. Metade delas foram contratadas.

Os temas trabalhados foram P&D, sustentabilidade, automação/indústria 4.0 e logística. Entre os resultados, está a redução da duração de processos industriais, custos e impactos ambientais.

Sessões de *matchmaking* com entidades dentro e fora do Brasil, *benchmarking* e a forte atuação em associações setoriais são o caminho para fortalecer parcerias e a cultura de inovar.



Para a sustentabilidade, a Oxitenos tem oito pilares em seu Plano Estratégico 2030, cada um conta com ambições e metas que envolvem meio ambiente e frentes socioeconômicas, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Oxitenos usa a plataforma da EcoVadis também para avaliar os seus fornecedores e, desde a sua primeira avaliação em 2012, a empresa avançou 30 pontos. Algumas das ações que se destacam na área é a adesão ao programa “Equidade é Prioridade: Gênero” da Rede Brasil do Pacto Global da ONU. Com isso, a Oxitenos assumiu o importante compromisso de garantir 50% de mulheres na liderança da companhia até 2030.

Prati-Donaduzzi terá Centro de Equivalência Farmacêutica

A Prati-Donaduzzi prepara seu Centro de Equivalência Farmacêutica no parque tecnológico Biopark, em Toledo, no oeste do Paraná. Lá serão feitos estudos de equivalência farmacêutica, para comparar o genérico em desenvolvimento com o medicamento de referência, e de perfil de dissolução, para simular a liberação do fármaco no organismo e garantir sua eficácia.

Atualmente esses estudos são terceirizados. O laboratório garantirá maior agilidade no desenvolvimento de novos produtos e no cumprimento dos protocolos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A empresa prevê realizar aproximadamente 20 estudos completos de equivalência farmacêutica e 40 de perfil de

dissolução comparativo anualmente na nova estrutura. “A instalação é crucial para que a Prati-Donaduzzi continue crescendo em ritmo acelerado. Esse é um laboratório de altíssima tecnologia, que existe em poucos lugares do País. É um passo tecnológico importante e, a partir dele, podem vir outras etapas mais avançadas”, ressalta o presidente da Prati-Donaduzzi, Eder Fernando Maffissoni.

A Prati-Donaduzzi investe R\$ 4,5 milhões na obra, realizada numa área de cerca de 260 m². O projeto complementa os aportes em pesquisa e inovação: R\$ 85 milhões já foram aplicados na área em 2022. São mais de 150

projetos que incluem novas formulações e associações farmacêuticas, tecnologias para melhor solubilidade e biodisponibilidade, aumento da segurança, liberação modificada, entre outros.

Os esforços contínuos foram reconhecidos este ano no ranking “Campeãs da Inovação” da Revista Amanhã, no qual a Prati-Donaduzzi ocupou o nono lugar.



FCC S.A.: soluções sustentáveis para um mundo em transformação

Um projeto da Fábrica Carioca de Catalisadores – FCC S.A. ganhou o primeiro lugar na categoria Políticas Externas e Criativas de Gestão de Resíduos do Prêmio Consciência Ambiental Immensitá. Mais de 150 organizações de diferentes estados brasileiros inscreveram projetos. Na iniciativa da FCC S.A., 100% dos resíduos sólidos inorgânicos à base de sílica e alumínio, resultantes do processo industrial e que iam para aterros sanitários, são destinados para produção de insumos para a construção civil.

O tratamento começa com o material despejado em bacias de decantação, de onde é bombeado para um filtro, prensado e desidratado. Isso gera uma torta com concentração de 40% a 60% de componentes sólidos. Esse material é transportado segundo as normas ambientais, como a contratação de empresa de transporte licenciada e emissão de manifesto de transporte de resíduos.

O projeto vai na linha da economia circular ao reduzir os resíduos e o consumo de matérias-primas. A empresa investe nessa área também por meio de produtos e projetos. O catalisador Cyclus, por exemplo, promove reciclagem química de resíduos sólidos urbanos por meio de pirólise em etapa única.

Além disso, a FCC auxilia os clientes no gerenciamento do catalisador de equilíbrio (E-Cat), empregando sua experiência em logística reversa e no reaproveitamento do produto em outros ciclos produtivos. Também forma parcerias para desenvolver tecnologias de reciclagem avançada de plásticos.

Complementando essas ações, a FCC S.A. trabalha no eixo da responsabilidade social. A empresa encerrou seu segundo edital público “Catalisar” para patrocinar projetos sociais via leis de incentivo fiscal. Outro exemplo é o Programa de Voluntariado – Corrente do Bem, que realizou, em junho, o plantio de 900 mudas nativas na restinga de Grumari, no Rio de Janeiro.



ABIFINA EM AÇÃO

Registro prioritário de IFA nacional é pauta urgente

Uma medida legislativa simples, mas de alto impacto para a indústria farmacêutica nacional, está parada no Congresso e a ABIFINA vem cobrando seu andamento. Trata-se do Projeto de Lei (PL) nº 4.209/2019, que determina que os medicamentos com insumo farmacêutico ativo (IFA) fabricado no Brasil tenham prioridade nas filas de registro e pós-registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Com isso, espera-se que as farmacêuticas possam dar preferência para produtos das farmoquímicas nacionais no lugar dos importados, reduzindo a dependência externa.

O PL está parado desde novembro de 2021, quando teve parecer favorável do relator, deputado Pedro Lupion (DEM-PR). Porém, até o momento, não foi pautado para votação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara. Em maio e julho deste ano, a ABIFINA enviou ofícios ao presidente da CCJC, Arthur

Oliveira Maia (União Brasil-BA), pedindo que o projeto entre em pauta com urgência.

Além de versar sobre a prioridade de registro, o PL inclui emenda segundo a qual a certificação administrativa e de qualidade do IFA (DIFA/CADIFA) poderá ocorrer de forma independente do registro sanitário dos medicamentos – o que reforça a RDC nº 359/2020, da Anvisa. O PL prevê ainda a substituição de margem de preferência em licitações públicas para medicamentos estratégicos produzidos com IFA nacional.

A motivação do projeto foi um estudo feito pela Fiocruz entre 2011 e 2013, que constatou a larga dependência externa de IFAs para produção dos medicamentos consumidos no Brasil. Hoje mais de 90% desses produtos são feitos com insumos importados. O tema ganhou força após a pandemia, que evidenciou a fragilidade do País. O abastecimento interno com IFAs nacionais ajudará o Brasil a mudar esse quadro.

ABIFINA reforça participação na Frente Parlamentar da Química



O presidente-executivo da ABIFINA, Antonio Carlos Bezerra, participou de um encontro em comemoração aos dez anos da Frente Parlamentar da Química, em 6 de julho, no Senado Federal. O evento celebrou também a criação do Instituto Nacional do Desenvolvimento da Química (IDQ), no qual Bezerra assumiu o posto de conselheiro geral.

O papel do IDQ é gerir as atividades da Frente Parlamentar da Química, promovendo debates, estudos e propostas legislativas. Como membro do instituto, a ABIFINA integrou, em julho, reunião do grupo de trabalho que definiu

uma pauta mínima de atuação. Em agosto, novo encontro avançou nos temas abordados. A entidade indicou como prioridades:

- » PL 1505/2022 (estímulo ao Complexo Econômico e Industrial da Saúde no âmbito da Política Nacional de Inovação Tecnológica em Saúde);
- » PL 4.209/2019 (IFAs Nacionais);
- » PL 6299/2002 (regulação de pesquisa, experimentação, produção, embalagem e outros aspectos relacionados a defensivos agrícolas), convertido no Senado ao PL 1459/2022; e
- » PL 6120/2019 (criação do Inventário Nacional de Substâncias Químicas).

Conheça o novo Monitoramento de Ilegais AgroVet

A ABIFINA lançou o “Monitoramento de Ilegais AgroVet”, o primeiro produto da Comissão Especial de Saúde, da qual a entidade é relatora. A instância foi criada em fevereiro pelo Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP).

O Monitoramento é um informativo semanal com notícias sobre ações de autoridades policiais, aduaneiras e de fiscalização agropecuária no combate aos crimes relacionados a insumos agropecuários. O produto é aberto para todos os interessados.

Esse é um trabalho pioneiro, que reforça o compromisso da ABIFINA com o comércio legal e complementa a “Cartilha de combate à pirataria de insumos agropecuários – defensivos agrícolas e produtos veterinários”, lançada em 2021.

Receba o Monitoramento de Ilegais AgroVet!
Escreva para institucional@abifina.org.br



Anvisa apresenta resultados de ferramenta de apoio à avaliação toxicológica

A ABIFINA e entidades do setor de defensivos agrícolas promoveram um workshop sobre a Ferramenta de Leitura Otimizada no Registro de Agrotóxicos (Flora). O evento aconteceu de forma virtual no dia 9 de agosto, em parceria com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com a participação de 270 pessoas.

O escopo do Flora é melhorar a avaliação toxicológica em processos de registro e pós-registro de agroquímicos por meio de verificações de dados e classificação toxicológica automatizadas, de forma que o técnico possa se concentrar no exame. O objetivo é reduzir o passivo de processos.

Em uma estimativa da Anvisa, com o uso do Flora, o tempo de análise efetiva até a publicação no Diário Oficial da União (excluindo a espera na fila, análise de processos sobrestados, recursos etc.) caiu 39% de 2020 até o início de agosto deste ano. Isso significa que o tempo de resposta anterior, de cerca de seis anos, foi reduzido para cinco anos.

Em desenvolvimento, estão novos recursos que melhorem a qualidade das informações recebidas, a criação de novos formulários (corrosão/irritação ocular in vitro, corrosão/irritação a pele in vitro e mutagenicidade in vitro) e correção de erros relatados.

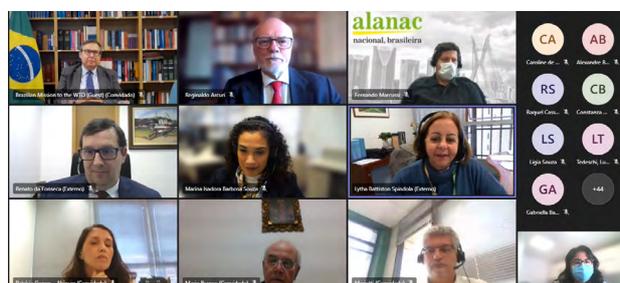
O formulário para contribuições das empresas segue aberto: <https://forms.office.com/r/rpFtQKzAw5>

Brasil conclui negociações de comércio exterior

O Brasil apresentou a oferta final de acesso ao mercado de compras públicas, incluindo estados e municípios, no âmbito do Acordo de Compras Governamentais da Organização Mundial do Comércio (OMC). No entanto, o espaço para adoção de políticas públicas em áreas estratégicas como defesa e saúde foi preservado. A informação é da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), dada em reunião em julho, com participação da ABIFINA.

O encontro discutiu ainda a XII Conferência Ministerial da OMC, que tratou de agricultura e segurança alimentar, subsídios à pesca, reforma da OMC e comércio e saúde. Em outra reunião, a CEB promoveu a última discussão sobre o acordo comercial Mercosul-Singapura, encerrado logo depois.

A ABIFINA esteve também na plenária da Coalizão Empresarial para Facilitação de Comércio e Barreiras (CFB), que apresentou a agenda para 2022. Além disso, a entidade acompanhou debates sobre políticas públicas na Semana Brasil-OCDE e participou de evento da Procomex sobre atributos de comércio exterior.



Lei regula bula digital e controle de medicamentos

Informações mais fáceis para o cidadão e controle desburocratizado. Essas são as principais vantagens trazidas pela Lei nº 14.338, de 11 de maio de 2022, que regulamenta a bula digital e o mapa de distribuição de medicamentos. A ABIFINA defendeu a aprovação da lei diante do Governo e participou, com outras entidades setoriais, de audiências com o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e o ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira.

Pela lei, as bulas digitais – que não vão extinguir as versões impressas – deverão ter conteúdo completo e atualizado, formato de fácil leitura e compreensão, e aplicativo para converter o texto em áudio ou vídeo.

O mapa de distribuição de medicamentos, por sua vez, vai substituir o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos (SNCM), até hoje não implantado. Os mapas serão produzidos pelos laboratórios farmacêuticos com o uso de tecnologias para permitir o rastreamento dos produtos.



ABIFINA e Fiocruz buscam apoio do Ministério da Saúde

A ABIFINA e a Fiocruz apresentaram à Assessoria de Assuntos Internacionais em Saúde do Ministério da Saúde o projeto conjunto “Proposição de ações para o fortalecimento do setor farmoquímico nacional”. Este ano, a execução do trabalho está voltada para a prospecção de parceiros potenciais com foco nas demandas da América Latina para reforçar as cadeias de suprimento em âmbito regional.



Setor integra rede para formular políticas públicas

A RedeFarma-MCTI realizou sua primeira reunião em 03 de junho, com participação da ABIFINA. Esse é um comitê de especialistas criado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), dentro de sua proposta de gestão baseada em redes.

A finalidade da RedeFarma-MCTI é apoiar a construção de políticas públicas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e empreendedorismo para o ecossistema de insumos farmacêuticos e de medicamentos.

O colegiado é um desdobramento do Grupo de Trabalho (GT) Farma, realizado em caráter provisório para auxiliar no combate à covid-19. A ABIFINA foi ativa nas atividades do GT e defendeu a continuidade de suas ações.

Principais temas regulatórios tratados no período (maio a agosto)

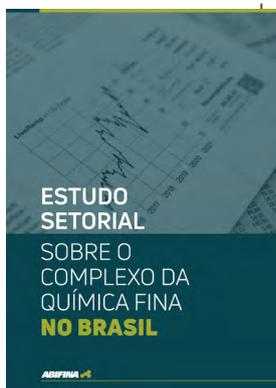
- » Proposta de Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da Anvisa para reduzir o tempo de resposta sobre registro e pós-registro de medicamentos e produtos biológicos.
- » Minuta da Consulta Pública nº 1.044/2021, sobre a isenção e substituição de estudos de bioequivalência/biodisponibilidade relativa.
- » Minuta de texto para alterações na RDC nº 200/2017, que aborda critérios para a concessão e renovação do registro de medicamentos com princípios ativos sintéticos e semissintéticos, classificados como novos, genéricos e similares.

Conselho Administrativo mostra resultados de estudo setorial

O “Estudo Setorial sobre o Complexo da Química Fina no Brasil” foi apresentado em reunião do Conselho Administrativo (CA) no dia 30 de junho. Encomendado pela ABIFINA ao escritório Gesner Oliveira Associados, o documento foi elaborado com contribuições da equipe técnica da entidade e de membros do CA.

Marcus Soalheiro, presidente do Conselho, destacou a importância do trabalho, que serviu de base para a produção de um documento a ser enviado aos presidentes.

O estudo foi entregue, em mãos, ao chefe do escritório do Ministério da Economia em Washington D.C., nos Estados Unidos, Carlos Da Costa, durante reunião presencial realizada no Rio de Janeiro.



6ª Edição do Prêmio Alcebíades de Mendonça Athayde

O Conselho Administrativo da ABIFINA indicou de forma inédita este ano duas personalidades para receberem o 6º Prêmio Alcebíades de Mendonça Athayde de Mérito Industrial. O motivo são suas trajetórias destacadas na história da entidade e do Complexo Industrial da Química Fina. Os homenageados são Alberto Ramy Mansur e Ogari Pacheco. O anúncio foi feito na reunião virtual do Conselho em 30 de junho, que marcou também o 36º aniversário da entidade.

“Construímos uma amizade bonita na ABIFINA, de respeito mútuo. Quero cumprimentar a família do Dr. Athayde [que dá nome ao prêmio] – a família Libbs – pela continuidade e crescimento da empresa, com governança e compliance. O segundo cumprimento é para a ABIFINA, que continua com o mesmo quadro de pessoal, agora liderado pelo grande botafoguense Antonio Carlos Bezerra.”

Alberto Ramy Mansur, presidente do Conselho da Nortec Química e integrante do Conselho Consultivo da ABIFINA. Homenageado por fomentar debates na Academia e na indústria sobre o futuro da química fina no Brasil.



“Fico feliz por ter sido indicado, sinal do reconhecimento de que a gente faz química fina e não apenas fala em química fina. Só quero dizer que, apesar do avançado da minha idade, nossa luta está, no mínimo, no meio. Devemos ampliar significativamente nossa participação em química. Aguardem o novo portfólio do Cristália. Vocês foram generosos, pelo que eu agradeço profundamente.”

Ogari Pacheco, ex-presidente da ABIFINA. Recebeu o prêmio no ano em que a empresa que fundou, o laboratório Cristália, completa 50 anos. Foi indicado por contribuir com a estruturação do Complexo Industrial da Química Fina brasileiro e promover a agenda da inovação.



Webinar aborda regulação na área de biodiversidade

Dando continuidade à série de debates sobre biodiversidade e desenvolvimento econômico, a ABIFINA realizou no dia 2 de junho o webinar “Biodiversidade como estratégia para diminuição da dependência externa – desafios regulatórios”.

Norberto Rech, professor do Departamento de Ciências Farmacêuticas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), frisou a importância de um Estado regulador e do diálogo com a sociedade.

Para o pesquisador Glauco de Kruse Villas Bôas, do Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz), o uso da biodiversidade



Assista à gravação do evento no canal da ABIFINA no YouTube: <https://bit.ly/38U0kfr>.

brasileira deve estar contemplado nas políticas de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Já a consultora Katia Torres defendeu que a saúde deve fazer parte

dos sistemas nacionais de inovação, enquanto a pesquisadora Carolina Bueno, da Fiocruz, destacou a urgência da transição para uma economia verde.

ABIFINA acompanha discussões sobre economia de baixo carbono no Brasil

Cristina Ropke, diretora de Biodiversidade da ABIFINA, participou do evento “Estratégia da indústria para uma economia de baixo carbono”, realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) nos dias 16 e 17 de agosto. Especialistas nacionais e internacionais falaram sobre a transição para o novo modelo econômico. O encontro foi preparatório para a participação da indústria brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP27), que acontece em novembro, no Egito.

Entre os pontos de destaque, está o uso do hidrogênio verde na indústria, área na qual o Brasil tem vantagem competitiva, segundo os participantes. O produto, além de entrar na pauta de exportação, pode ser insumo para a indústria nacional, como a de fertilizantes, fortalecendo a cadeia produtiva.



Outro tema abordado foi como as empresas lidam com o compromisso net zero (carbono neutro), que deve ser trabalhado com planejamento e metas de redução de emissões. A proposta é um avanço no sistema de compensação, que inclui, por exemplo, o mercado de crédito de carbono. Este ainda se faz importante e deve ser regulado.

O Brasil precisa ainda desenvolver tecnologias para descarbonizar a matriz energética e incentivar uma cultura que privilegie a economia circular, entre outros aspectos debatidos no evento.

Balanço final do GT Economia Circular e Indústria

O Fórum da Geração Ecológica, iniciativa da Comissão de Meio Ambiente do Senado, apresentou ao Congresso Nacional seu relatório final. Ele inclui as propostas legislativas formuladas pelo grupo de trabalho Economia Circular e Indústria, do qual participou o presidente-executivo da ABIFINA, Antonio Carlos da Costa Bezerra.



Ações PTA entram no foco do Grupo de Apoio Jurídico

Após o desfecho favorável da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a extensão dos prazos de patentes, o Grupo de Apoio Jurídico (GAJ) da ABIFINA se volta para as chamadas ações PTA. O *Patent Term Adjustment* (PTA), ou ajuste de prazo de patente, é um mecanismo existente em alguns países para compensar o solicitante quando há demora na concessão do direito por parte do órgão responsável.

Esse recurso, além de penalizar a sociedade, não tem previsão no ordenamento jurídico brasileiro. Ainda assim, empresas buscam estender seus direitos proprietários sobre invenções com ações judiciais nessa linha.

A ABIFINA, por meio do GAJ, foi admitida como *amici curiae* em processos envolvendo patentes farmacêuticas PTA, assim como em ações de nulidade e reversão de



indeferimento, sempre de acordo com o interesse dos associados.

Pela Constituição, a exclusividade temporária sobre um invento deve visar ao interesse social e ao desenvolvimento tecnológico e econômico do País. A extensão do prazo de patente beneficia apenas seus titulares, pois impede os concorrentes de lançarem inovações, torna os produtos mais caros e dificulta o acesso a medicamentos genéricos, similares e biossimilares.

Participação no Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (Gipi)

Com a reativação do Gipi, a ABIFINA mantém presença assídua nas reuniões como membro do colegiado. Entre maio e agosto, a entidade participou de 28 encontros, incluindo a 1ª Reunião Plenária Ordinária de 2022 e as atividades dos grupos de trabalho (GT).

Foram debatidas questões sobre concessão de patentes, incluindo patenteabilidade, vigência e divisão de pedidos. Para o GT que revisa a normativa de Propriedade Intelectual, a ABIFINA enviou contribuições. Além disso, a associação realizou reuniões do GT Gipi (formado por entidades setoriais da indústria) para definir estratégias conjuntas para atuação dentro do Grupo Interministerial.



MPP alcança marco em número de processos acompanhados

A ABIFINA ultrapassou as quatro mil patentes incluídas em suas bases de dados de Monitoramento de Pedidos de Patentes (MPPs). Os produtos acompanham pedidos de interesse dos associados, informando os insumos utilizados, nomes comerciais, identificação das espécies da biodiversidade e indicações terapêuticas e de uso das tecnologias reivindicadas.

Os associados da ABIFINA ficam sabendo dessas informações em primeira mão porque têm acesso exclusivo aos MPPs. São eles: MPP SUS (medicamentos relevantes para o Sistema Único de Saúde); MPP Bio (medicamentos com matéria-prima da biodiversidade nativa e exótica); MPP Agro (defensivos agrícolas) e MPP Saúde Animal (medicamentos e dispositivos usados na medicina veterinária).



ABIFINA participa do 1º Fórum Global do Complexo Industrial da Saúde

O Ministério da Saúde realizou o 1º Fórum Global do Complexo Industrial da Saúde (CIS) entre 16 e 18 de agosto, em Brasília. Marcus Soalheiro, presidente do Conselho Administrativo da ABIFINA, acompanhou o evento, que contou com a presença do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

Um workshop reuniu o setor para definir desafios e soluções para o aperfeiçoamento normativo das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs). A ABIFINA foi representada por associados nas mesas temáticas. O Ministério fará um relatório final, que trará, em detalhes, as propostas apresentadas.

Marcelo Mansur, diretor presidente da Nortec Química, integrou a mesa “Produção nacional de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) após a incorporação do produto objeto de PDP no portfólio da instituição pública”.



Foto: Waltersen Rios/MS

Odilon Costa, diretor de Relações Institucionais e PDPs do laboratório Cristália e vice-presidente para Assuntos Governamentais e Acesso da ABIFINA, participou da mesa “Resultados, desafios e perspectivas para internalização de tecnologias”.

RÁPIDAS

ENCONTRO COM PRESIDENCIÁVEIS

A ABIFINA marcou presença no evento “Propostas da Indústria para as Eleições 2022”, organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) no dia 29 de junho. Vinte e um documentos foram discutidos e entregues aos pré-candidatos à Presidência da República.

ENAI

A CNI também promoveu, em 30 de junho, o 13º Encontro Nacional da Indústria (Enai), que teve como tema “O desafio da década: construindo o Mapa Estratégico da Indústria 2023-2033”. Fernanda Costa, especialista em Comércio Exterior e Cadeia Química, representou a ABIFINA nos dois eventos da CNI.

ANIVERSÁRIO DA ACFB

Walker Lahmann, diretor de Comércio Exterior da ABIFINA, esteve na sessão solene em comemoração ao 85º aniversário da Academia de Ciências Farmacêuticas

do Brasil (ACFB), em 12 de agosto, em São Paulo. Em nome da entidade, ele recebeu um conjunto de medalhas comemorativas de 50 e 80 anos, entregue aos novos Membros Mantenedores da Academia.

FALTA DE MEDICAMENTOS

O Ministério da Saúde promoveu reuniões em maio e junho para tratar de medidas de contenção frente ao risco de desabastecimento de medicamentos no Brasil. A ABIFINA participou, junto com outras entidades setoriais, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Conselho Nacional de Secretários de Saúde e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde.

PARQUE DE INOVAÇÃO DA GÁVEA

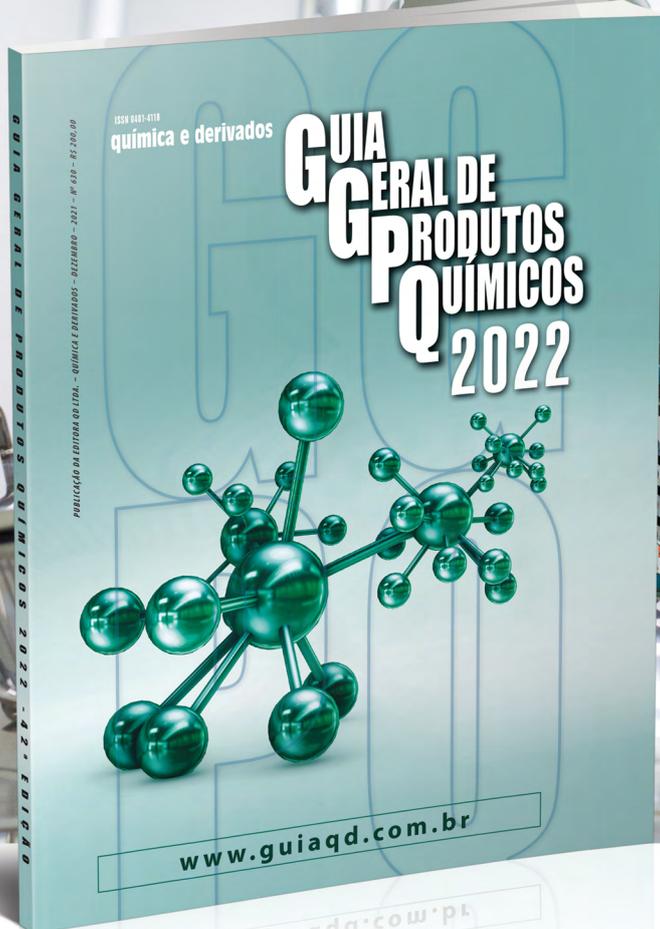
O presidente do Conselho Administrativo da ABIFINA, Marcus Soalheiro, e o presidente-executivo da entidade, Antonio Carlos Bezerra, estiveram no lançamento da pedra fundamental do Parque de Inovação da Gávea e visitaram o laboratório do Instituto Tecgraf da PUC-Rio no dia 1º de julho.

GUIA GERAL DE PRODUTOS QUÍMICOS

Produto editado e distribuído pelo
mesmo grupo da revista

química e derivados

Chegou a edição 2022 do principal guia de compras de produtos químicos, especialidades e ingredientes do mercado químico nacional.



Utilize a camera do seu
smartphone para ler o código
e acessar a nossa loja.

MAIS DE
5000
PRODUTOS QUÍMICOS,
ESPECIALIDADES E
INGREDIENTES

Milhares de matérias-primas à
venda, disponibilizadas em
ordem alfabética.

MAIS DE
1400
FORNECEDORES DE
MATÉRIAS-PRIMAS E
EQUIPAMENTOS

Consulte empresas que podem
se tornar seus potenciais
fornecedores.

COMPRE ONLINE
FRETE GRÁTIS
DESCUBRA NOVOS FORNECEDORES,
OTIMIZE SUAS COTAÇÕES E
ALAVANQUE OS SEUS NEGÓCIOS

Faça cotações diretamente com os vendedores de
matérias-primas e melhore os custos da sua indústria.

Há **25 anos** CRIANDO

NOVAS POSSIBILIDADES

A busca incansável por um **futuro com mais qualidade de vida para todos** é nosso combustível para continuar **INOVANDO** na saúde.

Trabalhamos para ser a conexão do hoje com o **bem-estar de amanhã**, a ponte que liga milhares de pessoas a uma qualidade de vida melhor. **Investir na inovação** é nossa chave para oferecer mais vitalidade para todos os brasileiros.

VOCÊ **FAZ PARTE** DESTA
evolução

25
anos

ACESSE



in
@
f

biolab
FARMACÊUTICA

www.biolabfarma.com.br

SAC 0800 724 6522